



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS
SOCIAIS
NÍVEL DE MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, FRONTEIRAS E IDENTIDADES**

KATIUSKA GLÓRIA SIMÕES

**“VIDA LOKA ATÉ O FIM” OU NÃO: AS POROSIDADES NO CENTRO DE
REINTEGRAÇÃO SOCIAL FEMININO DE FOZ DO IGUAÇU.**

TOLEDO

2017



KATIUSKA GLÓRIA SIMÕES

**“VIDA LOKA ATÉ O FIM” OU NÃO: AS POROSIDADES NO CENTRO DE
REINTEGRAÇÃO SOCIAL FEMININO DE FOZ DO IGUAÇU.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo.

Professora Orientadora: Dra. Andréia Vicente da Silva

TOLEDO

2017

KATIUSKA GLÓRIA SIMÕES

“VIDA LOKA ATÉ O FIM” OU NÃO: As porosidades no centro de reintegração social feminino de Foz do Iguaçu.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do
Título de Mestre em Ciências Sociais, do Centro de Ciências
Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do
Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo.

Professora Orientadora: Prof^a. Dra. Andréia Vicente da Silva

Toledo, 19 de Setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientadora Dra. Andréia Vicente da Silva (UNIOESTE)

Prof. Dra. Cristiane Checchia (UNILA)

Prof. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin (UNIOESTE)

Suplentes:

Prof. Dra. Roberta de Mello Correa (UFF)

Prof. Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias (UNIOESTE)

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária UNIOESTE
/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Simões, Kátiuska Glória

S593v “Vida loka até o fim" ou não : as porosidades no Centro de
Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu / Kátiuska Glória
Simões.-- Toledo, PR : [s. n.], 2017.
103 f. : il (algumas color.), fig.

Orientadora: Profa. Dra. Andréia Vicente da Silva

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências
Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Prisões - Aspectos sociais -
Foz do Iguaçu (PR) 3. Mulheres - Prisão - Foz do Iguaçu (PR) 4.
Prisioneiras - Foz do Iguaçu (PR) - Estudo de caso 5. Comunicação
interpessoal 6. Gestos I. Silva, Andréia Vicente da, orient. II. T

CDD 20. ED. 302.2

365.430₉₈₁₆₁

À minha família

AGRADECIMENTOS

Não seria possível construir essa dissertação sozinha, por isso venho agradecer todas as pessoas que de alguma forma passaram por mim durante esses anos e deixaram a sua colaboração para este trabalho. E por isso, sou imensamente grata aos encontros que o mestrado me proporcionou.

Primeiramente agradeço à minha orientadora Andréia Vicente da Silva que realizou inúmeras leituras, sugeriu bibliografias, discussões e sempre esteve disposta a colaborar com a construção desse trabalho. Obrigada por tudo, admiro o seu trabalho e me inspiro para continuar a carreira acadêmica.

Também agradeço a todos os professores do mestrado em Ciências Sociais da Unioeste: Gustavo Biasoli, Miguel Lazzaretti, Rosana Nazzari, Geraldo Magela, Silvio Colognese, Vânia Vaz da Silva, Osmir Dombrowski, Paulo Azevedo, Marco Antônio Arantes e Paulo Henrique Dias. Em especial agradeço a Fanny Longa que participou da banca de qualificação dessa dissertação e a Samara Feitosa da Universidade Federal do Paraná.

Agradeço aos professores que compõem a banca de defesa desta dissertação: sou grata ao professor Eric Cardin que também contribuiu com a banca de qualificação e proporcionou a minha participação em um evento importantíssimo para o resultado desse trabalho, sou imensamente grata. Agradeço à orientadora da monografia que defendi na graduação, a Yonissa Marmitt Wadi, agradecerei continuamente pelo nosso encontro, a sua dedicação é inspiradora. E também agradeço o aceite da Prof.^a Cristiane Checchia da Universidade Latino-americana (UNILA), como também a permissão que me concedeu para observar o grupo de leitura que promoveu no CRESF.

Gratidão a todos os meus colegas da turma de 2015, em especial a Camila, Talita e Denise amigas que compartilhei caronas, angústias e histórias. Também agradeço a todos os funcionários da Universidade, principalmente a

Marilucy Gregório que sempre colaborou para que tudo fosse realizado nos prazos e toda a burocracia estivesse em dia. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq/Unioeste, por ter concedido financiamento, através da bolsa de pós-graduação.

Continuo os agradecimentos referindo-me ao Diretor do Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF) que permitiu a realização dessa pesquisa e agradeço a todos os funcionários da instituição. Sou grata a todas as mulheres que estão em situação de prisão no CRESF e colaboraram com esse trabalho, sem a contribuição dessas mulheres nada disso seria possível.

Não podia deixar de citar a minha gratidão às Pastorais Carcerárias, agradeço a todos os religiosos que me acolheram durante a realização de suas atividades na instituição. Agradeço a coordenação da escola que funciona nas dependências do CRESF por ter permitido as minhas observações. Igualmente agradeço a presidenta do Conselho da Comunidade, a Sra. Luciane Oliveira, por ter apresentado diversos caminhos para a realização da dissertação.

Agradeço ao meu companheiro Sergio que durante a elaboração dessa pesquisa esteve ao meu lado todos os dias, comemorando as minhas conquistas e solidarizando-se com as minhas aflições, incertezas e crises decorrentes do processo da pós-graduação e do cotidiano. Sem você esse trabalho não existiria.

Agradeço aos meus pais, Oziel e Edilcélia que sempre me incentivaram, estiveram sempre dispostos a colaborar, inclusive com caronas para Foz do Iguaçu e Toledo. Muito obrigada por tudo, vocês são minhas maiores motivações para chegar até aqui. Quero agradecer ao meu irmão Juninho que sempre me ofereceu um abraço e um beijo de carinho, admiro o seu foco e foi uma das coisas que me inspirou para concluir esse trabalho. Também agradeço a minha irmã Eluana que por um tempo morou longe e assim pude ver a falta que ela faz, obrigada por ouvir meus lamentos e torcer verdadeiramente para minhas conquistas. Também agradeço ao meu cunhado Flávio que sempre com o seu jeito franco me motivou.

Sei que os agradecimentos estão longos, mas são muitas as pessoas

importantes para mim, jamais passaria por esses anos da carreira acadêmica sozinha. Por isso ainda tenho mais agradecimentos para fazer. Agradeço a minha avó Clara que é a mulher mais forte desse mundo, obrigada por estar ao meu lado sempre. Também agradeço a minha avó Glória que sempre orou para os meus estudos mesmo sem entender o que é Ciências Sociais e infelizmente não vai poder ver esses agradecimentos, pois faleceu durante a realização dessa pesquisa. Vózinha, sempre te levarei no meu coração e na minha memória.

Por fim, agradeço aos amigos que tornam a vida mais leve, agradeço aos meus melhores amigos Joice e João, sei que sempre posso contar com vocês em qualquer momento da vida. Também agradeço às minhas amigas que colaboram com o coletivo feminista “As Benditas”, Juliana, Aline e Dani. Todos vocês foram especiais e fundamentais para que finalizasse essa dissertação. Levarei todos na minha memória e no meu coração, obrigada.

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada.

Eduardo Galeano

SIMÕES, Kátiuska Glória. “VIDA LOKA ATÉ O FIM” OU NÃO: As porosidades no Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo.

RESUMO

A presente dissertação expõe os resultados da pesquisa realizada no Centro de Reintegração Social Feminino na cidade de Foz do Iguaçu (CRESF). O objetivo geral da pesquisa foi discutir a instituição prisional e suas porosidades, usando como exemplo a linguagem das internas, ou seja, o uso e o não uso de diferentes formas de comunicação, ação que podemos observar a relação que cada interna possui com a instituição prisional e entre elas. Foi possível observar uma relação entre o uso e o não uso de certas formas de comunicação entre as internas e como se posicionam diante da institucionalização. A importância deste trabalho é evidenciada considerando os dados estatísticos. Atualmente, o Brasil possui o sêxtuplo da quantidade de encarcerados do final da década de 1980, possuindo a quinta maior população carcerária feminina do mundo. A pesquisa foi produzida a partir da revisão bibliográfica sobre o tema, análise dos dados disponibilizados pela administração da prisão e a realização da observação direta no CRESF por aproximadamente um ano. Com a pesquisa pôde-se evidenciar que a instituição total, conceito defendido por Erving Goffman, apresenta porosidades no caso da prisão feminina referenciada. Nesse sentido, afirma-se que não há uma mortificação do eu de uma forma homogênea e que atinge a todas as internas. O uso ou não-uso da linguagem elaborada pelas internas demonstra a diversidade existente e a relação que cada interna possui com a instituição, como algumas consideram a prisão um lugar ou um não-lugar.

Palavras-chave: Prisão feminina, CRESF, instituição total, vocabulário prisional.

SIMÕES, Kátiuska Glória. "THUG LIFE TILL THE END" OR NOT: The porosity in the Center of Female Social Reintegration of Foz do Iguaçu. 2017. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo.

ABSTRACT

The present dissertation exposes the results of the research realized in the Center of Female Social Reintegration in the city of Foz do Iguaçu (CRESF). The general objective of the research was to discuss the prison institution and its porosity, using as an example the language of the internal, that is, the use and the non-use of different forms of communication, action where we can observe the relation that each internal has with the prison institution and between them. It was possible to observe a relation between the use and non-use of certain forms of communication among the internals and how they stand in front of the institutionalization. The importance of this work is evidenced, considering the statistical data. Currently, Brazil has six times the amount of imprisoned of the end of the 80's decade, owning the fifth largest female imprisoned population. The research was produced from the bibliographical revision about the theme, analysis of disponibilized data by the administration of the prison and the realization of direct observation in CRESF for approximately one year. With the research it was possible to evidence that the total institution, concept defended by Erving Goffman, presents porosity in the case of the referenced female prison. In this sense, it affirms that it doesn't have a mortification of the "me" in a homogeneous way that reaches all the internals. The use or non-use of the language elaborated by the internals reveals the diversity existent and the relation that each internal has with the institution, how some consider the prison a place or a non-place.

Key-words: female prison, CRESF, total institution, prison vocabulary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Limites da Cidade de Foz do Iguaçu.	23
Figura 2 -	Portão principal da instituição prisional.	24
Figura 3 -	Planta livre do complexo penal.	27

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CAMINHOS PERCORRIDOS	18
2.1	Primeiras aproximações	20
3	A “INSTITUIÇÃO TOTAL” E SUAS POROSIDADES	38
3.1	O Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF)	47
3.1.1	Administração e equipe de trabalho do CRESF	50
3.1.2	Remissão da pena e os espaços ocupados na prisão	53
4	RELATOS SOBRE AS MULHERES INTERNAS DO CRESF	60
4.1	Cozinha: Espaço de confiança	67
4.1.1	Forasteira	69
4.1.2	Aline: sou gente lá fora	72
4.1.3	“Rainha” Aurora: mãe da “princesa”	77
4.2	Galerias: Primeiro destino da prisão	80
4.2.1	Laura: proprietária do laboratório	81
4.2.2	Ana, Naiara e Carol: alguns fragmentos	84
4.2.3	Joana: pluralidade da internas	87
4.3	Histórias retratadas	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
6	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	95
7	ANEXO	98

1- INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu com o intuito de conhecer o cotidiano das mulheres que encontram-se privadas de sua liberdade e enclausuradas no sistema penitenciário. Ao longo do meu trabalho de campo no Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF), localizado na cidade de Foz do Iguaçu, passei a perceber e problematizar as formas de comunicação e a me questionar sobre a sua importância para a vida das internas. Verifiquei que existe uma relação complexa entre as diversas formas de comunicação criadas no interior do sistema carcerário. Essa relação evidencia a existência de porosidades na instituição prisional, demonstrando também a pluralidade das internas.

Minha entrada como pesquisadora neste campo iniciou-se já há algum tempo em pesquisas realizadas em projetos de iniciação científica e também em meu Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. Estes estudos foram realizados na cadeia pública de Cascavel, localizada na 15ª Subdivisão Policial (SDP) com o intuito de conhecer e compreender a realidade das mulheres encarceradas.

Inclusive o título do presente texto surge por influência dos resultados expostos na monografia que defendi. A expressão “Vida Loca até o fim” é o título de um capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso que abordava o vocabulário usado pelas internas na cadeia pública de Cascavel. Naquela ocasião, quando fui realizar a pesquisa de campo no CRESF ouvi de uma interna essa mesma frase reforçando a pertinência da escolha do título.

Decidi continuar a pesquisar o tema, pois ainda sinto a inquietação diante dos discursos que defendem a prisão como resolução de diversos problemas sociais. Discursos que desejam mais indivíduos presos, como a redução da maioria penal. As indagações que continuo me fazendo vão ao encontro com o que me impulsionou a iniciar a pesquisa nas instituições prisionais (SIMÕES, 2014). A prisão realmente pode minimizar a incidência de crimes? Após a estadia em uma instituição prisional o indivíduo não irá mais

praticar atividades ilícitas? Embora essas questões me inquietem, na atual pesquisa não pretendo respondê-las diretamente, já que pretendo me aproximar da instituição e aprofundar a compreensão sobre a realidade prisional.

Além dos questionamentos que impulsionaram a escolha do tema, também tenho uma experiência pessoal que auxiliou na aproximação e na progressão da pesquisa. Dois anos antes de iniciar a graduação em Ciências Sociais minha prima foi presa por tráfico de drogas e fui visitá-la. Esse foi o meu primeiro contato com a prisão. Nesse dia ouvi diversas histórias das colegas de cela da minha prima. Essas histórias de alguma maneira me levaram a escolher realizar a minha pesquisa na instituição prisional.

A importância de estudar instituições prisionais femininas pode ser explicitada através da análise dos dados estatísticos. Atualmente, o Brasil possui o sêxtuplo da quantidade de encarcerados do final da década de 1980. Naquela ocasião, o país ainda não tinha atingido a cifra de 100 mil presos, ou seja, “vinte anos depois, no final dos anos 2000, quase meio milhão de pessoas já se amontoam nas prisões brasileiras – um aumento evidentemente desproporcional ao crescimento da população” (GODOI, 2010, p. 02).

A última pesquisa realizada pelo InfoPen¹, em Dezembro de 2014, afirmava que a população prisional brasileira era de 622.202 presos. Porém, as casas de detenção brasileiras possuem vagas para 376.669 presos, ou seja, um déficit de 231.062 vagas.

Apesar de ser inferior ao número de presos masculinos, totalizando 6,4% da população carcerária no Brasil, o encarceramento feminino é o que mais cresce no país. Entre 2000 a 2014 houve um crescimento de 567,4% da população carcerária feminina, enquanto que a população masculina cresceu 220,2%. Segundo os dados apresentados pelo InfoPen em 2014 a população carcerária feminina totaliza 37.380 mil. O Brasil possui a quinta maior

¹InfoPen- Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, consiste em um programa digital de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro. em:< <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> > acessado em 15 de agosto de 2015.

população carcerária feminina do mundo. O Paraná é o quinto Estado com maior população carcerária no Brasil, segundo os dados disponibilizados pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos em maio de 2014, havia 28.525 mil² presos.

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e criminosos permanece estável, ou ainda pior, aumenta [...] A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos. (FOUCAULT, 1984, p. 234).

Os números citados acima reforçam o que Foucault afirmou, pois a população carcerária cresce a cada dia. As mulheres que estão no sistema prisional brasileiro além de enfrentar a superlotação, estão inseridas em um sistema que não foi criado para elas. Ou seja, no Brasil há apenas 103 unidades prisionais destinadas exclusivamente a mulheres e o restante estão inseridas em 239 unidades mistas, segundo o Infopen. Grande parte das unidades mistas foram construídas para receber homens e posteriormente projetam algum espaço para as mulheres no interior dessa instituição já existente. A divisão das instituições prisionais para homens e mulheres está prevista na Lei de Execução Penal 7.210/84, porém não são todas as instituições que realizaram essa separação. Inclusive o Centro de Reintegração Social Feminino em Foz do Iguaçu (CRESF), local dessa pesquisa de campo, é parte de um complexo prisional misto.

No decorrer da pesquisa de campo observei distintos comportamentos das internas nos diferentes espaços que compõem a prisão. Com isso, surgiram indagações referentes a institucionalização vivenciada pelas mulheres que estão encarceradas. Perguntas semelhantes as que referenciei anteriormente voltaram a aparecer, afinal para que a instituição prisional consiga realizar seu objetivo é necessário a imposição de suas regras e

²O dados estão disponíveis no site da Sec. de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná: <<http://www.justica.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=67>>, último acesso em 02 de junho de 2014.

normas a todas as internas similarmente.

No entanto, pergunto: será que a instituição prisional consegue imprimir suas regras de fato? será que estas regras atingem da mesma forma e com a mesma intensidade a todas as presas? Os conceitos de instituição total e mortificação do eu, defendidos por Erving Goffman (1961), são perceptíveis no CRESF? Essas questões se apresentaram pertinentes, pois observei a existência de porosidades (Cunha,1994) naquela instituição. Porosidades são as fissuras e ingressos de agentes e de informações do exterior para dentro da prisão.

As indagações surgiram durante a realização da observação direta, na qual ouvi as mulheres que estão encarceradas. A partir dos relatos das internas compreendi como o espaço prisional comporta pessoas com relações e comportamentos distintos. Consequentemente é imprecisa a idéia de que a instituição prisional é algo totalizante e homogenizador. Assim como José Ricardo Ramalho afirma:

A palavra dos presos, a lógica pela qual percebem o espaço interno da prisão e os atributos com que qualificam o retorno à vida social, revelam um conjunto de problemas que apontam a necessidade de rever concepções há tanto tempo repetidas e que encobrem relações desconhecidas entre o crime e as classes sociais na sociedade brasileira. (RAMALHO, 2008,p. 12)

É necessário considerar a prisão como um espaço que comporta distintos comportamentos que estão associados com as relações existentes anteriores à prisão e também com seu cotidiano. A partir dos relatos das presas, compreendi a importância dos espaços e das relações que elas constroem no interior da prisão e como estes estão interligados com o que antecede à entrada na instituição. Os relatos que referenciarei destas mulheres nos informam diversas passagens e gradações destas relações.

Para demonstrar as distintas relações e espaços que foram observados abordo a questão da linguagem verbal e não-verbal elaborada pelas internas.

Minha intenção é expor dinâmicas existentes entre o uso ou o não-uso da linguagem pelas internas e a relação que possuem com a instituição prisional. Ou seja, aposto na idéia de que há uma conexão entre o uso ou o não-uso da linguagem, com a identificação do espaço como um lugar ou não-lugar. Explico.

Lugar e não-lugar são conceitos defendido por Marc Augé (1994) que expõe a possibilidade de criar ou não uma identidade, relação e historicidade com um espaço. Por exemplo, “o espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (Augé, 1994, p. 95).

Hilderline Câmara de Oliveira em 2013 quando escreveu a obra intitulada “A linguagem no cotidiano prisional: enigmas e significados” também expôs essa relação.

Ao entrar no mundo prisional, o indivíduo negocia sua identidade anterior, sua vida, considerando-se que ele se encontra afastado do seu marco referencial e está submerso em um novo universo social definido, como: a adoção, em maior ou menor grau, do modo de pensar, dos costumes, dos hábitos, dos repertórios linguísticos, da cultura organizacional da penitenciária. (OLIVEIRA, 2013, p. 127)

No entanto, diferentemente da presente dissertação, a pesquisadora debruçou-se sobre a linguagem prisional, apresentando os significados das palavras e da estética pessoal dos internos da Penitenciária Estadual de Parnamirim no Rio Grande do Norte. Eu retrato a linguagem como referência para afirmar a possibilidade da existência de porosidades nas instituições prisionais.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro será abordado as questões referente a inserção no campo, as minhas primeiras aproximação do CRESF e os problemas que surgiram. Como também irei expor a metodologia utilizada para a realização da pesquisa.

No segundo capítulo serão evidenciadas as especificidades do Centro de Reintegração Social Feminino, como atua a administração e as internas. O

conceito de instituição total de Erving Goffman (1961) será utilizado e apresentaremos também a contraposição de Manuela Cunha (1994). Assim analisarei o funcionamento do CRESF considerando-o como uma “instituição total” com “porosidades” em sua estrutura.

No terceiro capítulo será exposto o exemplo do uso ou não da linguagem própria das internas, demonstrando a relação que as presas possuem com a instituição prisional e como as “porosidades” estão presentes na prisão, possibilitando que cada interna a considere um lugar ou um não-lugar. Saliento que apesar da diferença de algumas características do objeto de estudo de Marc Augé - pois a prisão não é necessariamente um lugar de passagem rápida ou transitória - os conceitos foram escolhidos e são pertinentes para evidenciar o que minhas interlocutoras fizeram questão de esclarecer: a identificação ou não identificação com o interior da instituição prisio

2. CAMINHOS PERCORRIDOS

No presente capítulo, apresentarei minha trajetória no desenvolvimento do trabalho de campo. Serão expostas as minhas primeiras aproximações com a instituição e a minha interação com as internas. Pretendo demonstrar de que forma, ao longo do processo de aproximação da instituição foram surgindo obstáculos e como essas situações foram por mim contornadas.

As decisões que tomei durante o percurso da pesquisa foram construídas a partir da minha relação com os atores no campo. Como afirma Marcio Goldman (2008, p. 7), são “atores dotados de reflexividade própria, ou seja, teóricos com os quais podemos e devemos tentar dialogar e aprender”. Nessa perspectiva, com a evidência da alteridade desenvolvi as resoluções para os problemas à medida que iam surgindo.

Para entender melhor quem são essas mulheres e como vivem o encarceramento, a pesquisa que desenvolvi possui o intuito de produzir uma Etnografia. Entendo etnografia como uma forma de apreender a realidade a partir da observação direta. Assim como Magnani (2002) afirma que não podemos considerar o método etnográfico com uma técnica, “pois pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (MAGNANI, 2002, p.17).

Na etnografia, a realização da apreensão é constituída de várias fases. Como afirma a antropóloga Urpi Montoya Uriarte em seu texto “O que é fazer etnografia para os antropólogos”:

A primeira delas é um mergulho na teoria, informações e interpretações já feitas sobre a temática e a população específica que queremos estudar. A segunda fase consiste num longo tempo vivendo entre os “nativos” (rurais, urbanos, modernos ou tradicionais); esta fase se conhece como “trabalho de campo”. A terceira fase consiste na escrita, que se faz de volta para a casa. (URIARTE; 2012, p. 4-5)

Segundo Geertz (1989, p.20), “fazer etnografia é descrever uma

experiência distante nos termos de uma experiência próxima”, ou seja, me aproximei e convivi com elas o máximo possível, para poder compreender as relações existentes naquele ambiente. Desenvolvi o trabalho de campo através de visitas ao CRESF, nas quais iniciei conhecendo a administração da prisão e recebi a autorização para permanecer na cozinha e conhecer as mulheres que ali trabalham. Posteriormente acompanhei algumas visitas das seis pastorais religiosas³ que visitavam as galerias onde estão locadas mais de 200 mulheres. Acompanhei também uma oficina de leitura que ocorria na escola com o projeto desenvolvido por graduandos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) de Foz do Iguaçu.

Como se trata de um campo extremamente difícil de acessar, dadas as restrições de segurança impostas pela situação do encarceramento, busquei adentrar nos diferentes espaços da prisão para produzir dados mais detalhados (Becker, 1999, p. 83)

Geertz (1989, p. 25-26) procurou ver a cultura como um texto. Uma leitura de significados elaborados socialmente pelos homens. A interpretação antropológica que procuro desenvolver configura assim, uma leitura de segunda e terceira mão feita “por sobre os ombros do nativo” que faz a leitura de primeira mão de sua cultura.

Laura Nader no texto “Ethnography as theory” (2011) afirma a importância do trabalho etnográfico. Segundo a autora, a etnografia é uma teoria da descrição, pois mais importante que as divisões das correntes teóricas é o resultado do trabalho de campo. Ou seja, a construção da etnografia.

While there appear to be competing schools, anthropologists who take one side or another in theoretical debates, what defines anthropology and ethnography as such are not these divisions but rather what is shared, held in common, which

³ As pastorais religiosas que atuam no CRESF pertencem às respectivas organizações: Católica Apostólica Romana, Cristã do Reino de Deus, Batista Renovada, Pentecostal Deus é amor, Missão e liberdade e Testemunhas de Jeová.

includes the unstated. (NADER, 2011, p. 213) ⁴

Portanto, a partir de agora, apresentarei os resultados da observação direta que realizei e procurarei demonstrar as sensações que experimentei. Como afirma Peirano (2008, p.4), “a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão engastadas, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados”.

A antropologia está muito atenta ao papel da subjetividade do antropólogo nos resultados da sua pesquisa. “Cada caminho reflete a forma individual e subjetiva do encontro de si mesmo a partir do encontro com o outro” (GROSSI, 1992, p. 16). O conhecimento antropológico possibilita ir além de observar o outro, pois é o próprio pesquisador que se encontra no contexto da pesquisa.

2.1- Primeiras aproximações

Como afirmado por Roberto Damatta (1978) em seu texto “O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues”, a chegada do campo é um dos momentos cruciais para a realização da etnografia, pois define a possibilidade de realização do trabalho e demonstra o encontro entre o pesquisador e seus interlocutores.

Descreverei como foram os meus primeiros contatos com a administração do Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF), como foram os primeiros dias em campo e como é a estrutura do complexo prisional. Meu objetivo aqui é aquele proposto por Clifford Geertz (2009), de uma forma simples e despretensiosa. Segundo ele “o que um etnógrafo propriamente dito deve fazer, propriamente, é ir a lugares, voltar de lá com informações sobre

⁴ Tradução: “Embora parece existir escolas concorrentes, os antropólogos que tomam um ou outro lado nos debates teóricos, o que define a antropologia e a etnografia como tais não são essas divisões, mas sim o que é compartilhado, em comum, que inclui o não declarado.” (NADER, 2011, p.221)

como as pessoas vivem e tornar essas informações disponíveis à comunidade especializada, de uma forma prática.” (GEERTZ, 2009, p. 11 e 12)

O meu primeiro contato com a administração do presídio ocorreu no dia 04 de Julho de 2015. Enviei um e-mail para o Cássio Rodrigo Pompeo, diretor do CRESF, me apresentando e solicitando autorização para a pesquisa, também enviei em anexo a minha carta de apresentação assinada pela minha orientadora. Alguns dias depois recebi a resposta enviada pelo seu assistente Alexandre Kraus Rodrigues informando que o diretor estava em férias e deveria aguardar seu retorno e entrar em contato novamente. Entrei em contato por telefone no dia 17 de julho e consegui falar com o diretor, marcamos para conversar pessoalmente no dia 23 de Julho de 2015.

Definimos a conversa para as 14h, era uma quinta-feira, antes mesmo de sair de casa já estava ansiosa, sentia um misto de medo e curiosidade. Medo por não saber o que seria o resultado da conversa, se realmente iria conseguir realizar a pesquisa na prisão e curiosidade para conhecer esse novo espaço.

No entanto, os sentimentos de medo que senti vão além da simples ansiedade do pesquisador antes de ir à campo. Afinal há o agravante da pesquisa na prisão. Esses sentimentos que afloram momentos antes de ir a campo foram expostos por Luciane Oliveira que há anos realiza pesquisas com mulheres praticantes de atividade ilícitas. Segundo ela, os medos são diversos.

Realizar a pesquisa de campo foi possuir um sentimento de medo constante [...] medo de me transformar em um arquivo vivo; [...] medo de adentrar semanalmente por entre os corredores e as grades de um presídio feminino com todos os fantasmas sociais que criamos ao longo da história sobre as(os) criminosas(os); medo ao escutar relatos das práticas corporais violentas e dos atos ilícitos cometidos por minhas interlocutoras narrados com riqueza de detalhes e que me faziam imaginar mentalmente a cena do crime; medo de me roubarem os dados coletados e utilizá-los como denúncia às minhas interlocutoras; medo de incriminá-las, mesmo sem querer; e, acima de tudo, medo de não conseguir voltar ao campo no dia seguinte. (OLIVEIRA, 2013, p. 8)

Além disso, há o fato de que esse medo é socialmente construído, através da exposição das cenas de rebeliões e motins que ocorrem nas prisões e que são transmitidas pelas mídias, como bem lembra Eliakim L. Andrade (2014) em sua pesquisa em uma prisão no Ceará. A reprodução midiática da violência intensifica essas sensações. Salvador Maldonado Aranda define “la estatización del discurso de la violencia”.

La violencia que se reproduce por los medios masivos de comunicación provoca más temores que lo real y por eso el miedo se incrusta en el cuerpo y la memoria. Es esta dramatización mediática sobre la que necesitamos reflexionar más ampliamente, sobre la forma en que el Estado sigue controlando el discurso de producción de la violencia, expulsándola fuera de él. A esto es lo que llamaré la *estatización del discurso de la violencia*. (ARANDA; 2013, p. 127-128).⁵

Portanto, devo admitir que sinto e tenho memórias das ações violentas que os meios midiáticos constantemente abordam e manipulam. Contudo, para que a pesquisa se perpetue, o antropólogo deve entender esses mecanismos de criação de notícias e entrar em campo para de fato viver a realidade.

O Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF) é anexo à Cadeia Pública Laudemir Neves e está localizado no Jardim Três Fronteiras que é um bairro afastado do centro de Foz do Iguaçu. O complexo está posicionado próximo às margens da BR 277 na entrada da cidade pela rodovia brasileira. Moro em Cascavel que é outra cidade do Oeste paranaense localizada a cerca de 130 km de distância de Foz do Iguaçu.

⁵ Tradução: A violência que se reproduz por meio dos meios massivos de comunicação provoca mais temores do que são reais e por isso o medo é embutido no corpo e na memória. É esta dramatização mediática que necessitamos refletir mais amplamente, sobre a forma em que o Estado ainda controla o discurso de produção da violência, expulsando-a fora dele. A isto que chamo de estatização do discurso de violência. (ARANDA; 2013, pág. 127-128)

Figura 1 – Limites da Cidade de Foz do Iguaçu



Fonte: google maps

No meu primeiro dia de campo, iniciei a viagem para Foz do Iguaçu às onze horas da manhã e depois de duas horas de viagem identifiquei o acesso às penitenciárias. Fiz o contorno próximo ao Posto RodoFoz e percorri a rua principal por três quadras, passei por uma escola municipal e poucas casas. Continuei seguindo por mais duas quadras e pude ver o muro branco e alto do CRESF com arame farpado na parte superior, o qual delimita todo o complexo. Por fim, passei por alguns cones e barras de ferro que estavam na rua para evitar aglomerações de carros.

Diante da entrada do CRESF, que é a mesma da Cadeia Pública Laudemir Neves, parei do outro lado da rua, desci do carro e fui me aproximando da portaria da prisão que está localizada na parte inferior do prédio que comporta a Administração do CRESF.

O prédio possui dois andares. Na parte inferior, no centro da estrutura há o portão principal. Ao lado direito há uma porta que permite o acesso à recepção e uma pequena janela ao lado da porta. Ao lado esquerdo da parte inferior está fixado na parede uma placa azul escrita: Cadeia Pública Laudemir Neves. Na parte superior pode ser observada uma pequena janela, logo acima

da placa. Abaixo, segue a fotografia que evidencia o portão principal que permite acesso ao CRESF e a Cadeia Pública Laudemir Neves.

Figura 2 – Portão principal da instituição penal



Fonte: Site do conselho da comunidade de Foz do Iguaçu

Cruzei a rua e me aproximei da janela onde ficam os agentes de segurança. A recepção é localizada em um pequeno espaço onde há um monitor com as imagens de diversas câmeras espalhadas pelo complexo, um grande porta-chaves, um rádio transmissor, telefones, uma raquete para revistas, alguns cadernos e uma cadeira para que o carcereiro responsável se acomode.

Apresentei-me para o carcereiro, logo ele fez uma ligação para confirmar a minha liberação. Depois de esperar alguns minutos para falar com o diretor, desligou o telefone e abriu a porta. Nesse momento eu já estava com as pernas trêmulas e a respiração mais forte, pois estava entrando em um espaço que não conhecia e iria conversar com a pessoa que poderia liberar ou não a minha pesquisa, mas mantive a calma. Ele informou que o Cássio, diretor do CRESF, estava me esperando em sua sala, mas deveria deixar meus

pertences ali. Retirei meu diário de campo e uma caneta e entreguei minha bolsa. Sem fazer maiores revistas ele guardou a bolsa embaixo da mesa. Depois ele pediu para que eu afastasse as pernas e os braços e passou o detector de metais ao redor do meu corpo.

Após o momento da revista superficial atravessei o espaço interno do portão e fui até a direção que fica no segundo andar do prédio da recepção. Para chegar até lá é preciso entrar em uma pequena sala onde há uma escada estreita de madeira. Chegando à parte superior há uma grande mesa com oito cadeiras que ficam no hall de entrada. Esse ambiente permite o acesso às três salas, há duas salas com mesas, computadores do lado direito e uma sala do lado esquerdo que pertence ao diretor do CRESF.

Quando cheguei ao segundo andar, o diretor veio ao meu encontro e me convidou para entrar em sua sala. O diretor iniciou a conversa dizendo para eu explicar o que pretendia pesquisar e como almejava realizar. Respondi as indagações afirmando que o meu foco seria conhecer as mulheres presas, quem são essas mulheres e como vivem na prisão. Sobre a forma que iria realizar a pesquisa, informei que o método utilizado exigiria o meu contato direto com as internas.

Cássio ouviu o que eu dizia e segurava em suas mãos os e-mails impressos e a minha carta de apresentação. Ele foi bastante atencioso e se disponibilizou para ajudar na pesquisa, como também, liberou as minhas visitas. Neste momento inicial, ele afirmou que iria selecionar um grupo com 15 a 20 mulheres para que eu trabalhasse com elas. Ele me explicou que o critério que utilizaria para essa seleção seria escolher aquelas presas que não são “problemáticas” para a instituição, pois prezava pela minha segurança.

A administração diferencia o grau de periculosidade das internas, e a princípio, apenas poderia ter contato com aquelas que a direção considerava tranquilas. Ou seja, as mulheres que não se envolveram em brigas e não foram identificadas portando aparelhos celulares ou outros objetos ilícitos. Geralmente são aquelas que trabalham para a instituição, como as mulheres que estão na cozinha, local que fui indicada a frequentar preliminarmente.

Nesse sentido, Camila Nunes Caldeira Dias (2011) afirma que se deve considerar as características da instituição prisional para compreender os limites da pesquisa. Afinal, a administração pode influenciar diretamente nos resultados da pesquisa, concedendo liberações ou restrições.

Para discutir a metodologia e os limites da pesquisa na prisão, é essencial considerar que características peculiares desta instituição incidem diretamente sobre o trabalho do pesquisador. Tratando-se de uma instituição fechada cuja finalidade é a custódia de indivíduos condenados pela justiça, o acesso de pessoas estranhas é extremamente controlado e restrito, exigindo um prévio – e às vezes longo – percurso pela burocracia estatal em busca da autorização para se realizar a pesquisa. (DIAS, 2011, p. 31)

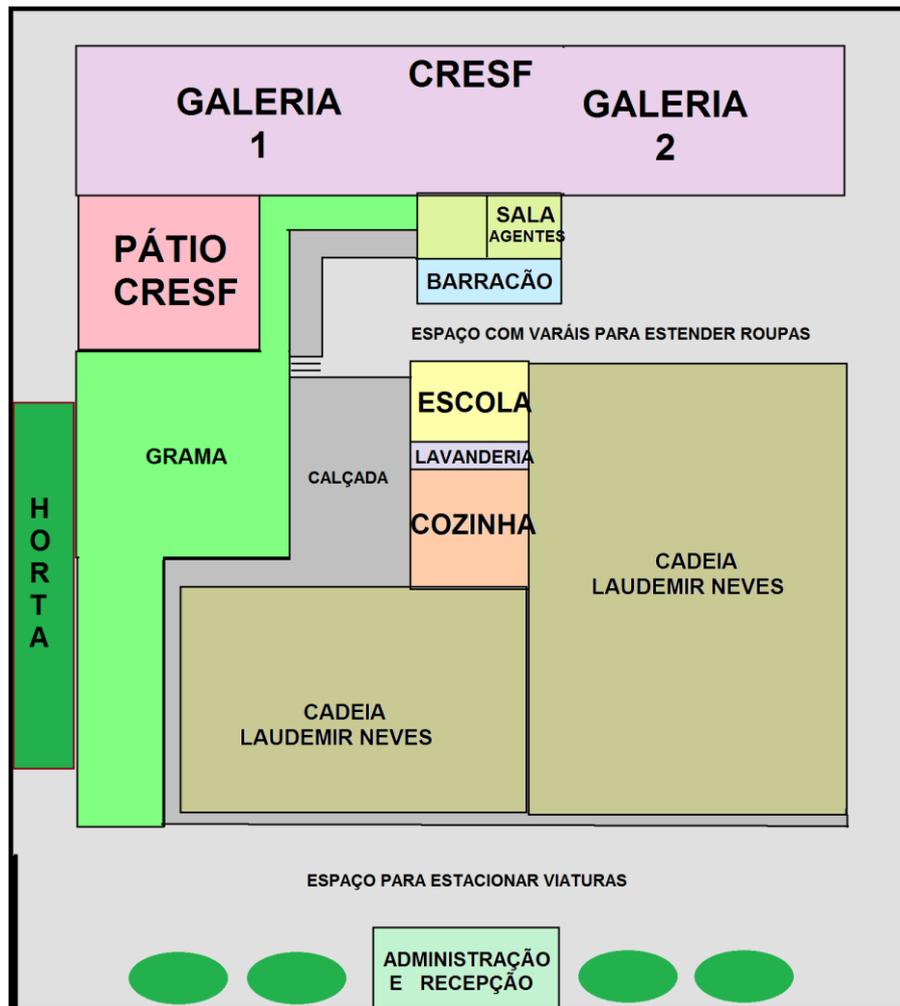
No entanto, para realizar a pesquisa me esforcei para diminuir a seleção de minhas informantes efetuada pela administração. Por exemplo, acompanhei as pastorais carcerárias e também frequentei a escola do CRESF. Sobre isso me aprofundarei adiante.

Porém, naquele momento não questionei nada, pois para que a minha pesquisa ocorresse precisava do aval do diretor e estava conhecendo os limites que a direção me colocaria para poder visitar a instituição pesquisada. Apenas concordei com o Cássio e perguntei quando poderia começar a realizar a pesquisa, ele solicitou um e-mail para lembrá-lo e afirmou que entre duas semanas poderia começar. Agradei e nos despedimos.

Após trocar mais alguns e-mails, recebi a liberação para iniciar a pesquisa no dia 18 de agosto de 2015. Novamente realizei o percurso Cascavel – Foz do Iguaçu, cheguei às 14h na instituição e depois de ser superficialmente revista, encontrei o diretor em frente ao portão no interior da prisão. Estávamos diante de um grande prédio com dois andares e sem janelas, esse prédio comporta os 400 homens presos na Cadeia Laudemir Neves. Nesse prédio há apenas duas janelas visíveis na parte inferior e nelas estão alguns agentes trabalhando. Nos outros dois andares do prédio só é possível ver pequenas fendas na parede.

Para melhor compreensão segue a planta livre do complexo penal que abriga o CRESF e a Cadeia Pública Laudemir Neves.

Figura 3 – Planta livre do complexo penal



Fonte: Acervo da pesquisadora

Na segunda visita, o diretor liberou a minha entrada na cozinha do complexo. Contudo, antes de prosseguir o diretor apresentou algumas recomendações, segundo ele “por segurança”, sugeriu que eu não aceitasse convites para transportar informações sobre os familiares das internas. Agradei e afirmei que iria fazer o que solicitou. Assim como Manuela Cunha (1991) afirma, realizei com cautela os pedidos que a administração me solicitava, pois poderia inibir a execução da pesquisa completa. “A

possibilidade de prosseguir o trabalho estava assim frequentemente em causa” (CUNHA, 1991, p.12).

Inclusive, devo salientar que minha pesquisa de campo foi encerrada muito antes do que eu gostaria justamente devido a não autorização da direção para minha entrada. Cada solicitação minha de entrada foi negada. Alegavam ausência de agentes penitenciários para me acompanhar, a possibilidade de motins e rebeliões ou, simplesmente, o não retorno quando entrei em contato via e-mails e telefonemas. Por isso, minha pesquisa de campo teve duração de um ano, no qual fui pelo menos uma vez por semana e permanecia em torno de 3h no interior da instituição, mas nos últimos meses as visitas foram sendo barradas e diminuindo a frequência até o encerramento das atividades.

Em muitos momentos do meu campo, os argumentos que referenciavam a segurança do pesquisador me preocuparam. Afinal, eu sabia que poderiam limitar a minha entrada nos diversos espaços da prisão. No entanto, o fato de sofrer limitações por parte da administração possibilita maior compreensão do funcionamento da instituição. Neste sentido, Camila Dias (2011) demonstra a falta de controle que o pesquisador possui.

Isso significa que estudar o universo prisional é compreender, em primeiro lugar que não haverá acesso a tudo e a todos, e nem o controle absoluto da sua pesquisa em termos do tempo de duração do trabalho e dos procedimentos de pesquisa adotados. (DIAS, 2011, p. 32)

Neste meu primeiro dia, o diretor chamou o chefe de segurança, o senhor Müller e pediu para que ele me acompanhasse até a cozinha. Fomos até a lateral do prédio da cadeia pública, viramos à direita, passamos pela horta que é cultivada pelas mulheres presas do CRESF e pelos homens presos da Cadeia Laudemir Neves, contornamos à esquerda e chegamos na cozinha. A cozinha está localizada entre os prédios da cadeia masculina e do CRESF. Ela é um espaço de comunicação entre essas instituições. Quando chegamos à cozinha, o chefe de segurança chamou todas as mulheres para me apresentar. Contudo, apenas quatro se aproximaram para ouvir a explicação

sobre a minha presença.

No espaço da cozinha, há, também, quatro celas e um banheiro. As mulheres que ali trabalham não participam da dinâmica das galerias, pois durante o dia permanecem trabalhando na cozinha e a noite ficam nos quartos que estão dispostos na própria estrutura do seu local de trabalho. Ou seja, quem trabalha na cozinha não entra em contato diariamente com as demais mulheres que estão encarceradas na instituição. Depois de passar pela primeira porta, ao lado direito há duas celas, com portas de madeira. Uma abriga seis internas e quatro internas na segunda, ao lado esquerdo em frente essas duas celas, há um banheiro de uso coletivo e uma cela exclusiva para a detenta responsável pela cozinha. Alguns passos à frente, há um corredor ao lado esquerdo que viabiliza o acesso à última cela que possui capacidade para seis detentas. Nessas quatro celas há beliches de madeira, televisão, armários e seus pertences – como roupas, fotos que podem ser expostas na parede, cobertores e objetos de higiene pessoal.

É dada às reclusas a possibilidade de tornarem a cela num lugar personalizado (acrescentando por exemplo pôsteres, fotografias, flores e vários objetos decorativos ao mobiliário do estabelecimento), mas está longe de reproduzir um espaço próprio: mesmo sem considerar o já mencionado ralo de vigia e a circunstância de a sua ocupação nem sempre ser individual, não constitui um espaço privado dadas as inspeções minuciosas efetuada periodicamente pelo pessoal de vigilância como rotina de segurança. (CUNHA, 1994, p. 66-67)

As fotos, as bíblias, as cartas, as garrafas de água benzidas, os crochês, os cobertores coloridos e os folhetos de músicas gospel compõem a decoração das celas do CRESF. Os objetos que estavam presentes nas celas da cozinha são parecidos com os objetos que posteriormente visualizei nas celas da galeria. Por vezes as internas buscavam as fotos e me apresentavam a sua família e amigos, algumas também guardavam fotos dos seus cachorros.

No corredor que permite o acesso à última cela, havia dois freezers, no qual conservam os alimentos perecíveis. Após passar pelos ambientes

apresentados, entrei na cozinha. Em frente à porta e no centro do espaço há uma grande mesa, nas paredes ao lado esquerdo e direito estão distribuídas quatro pias e abaixo delas armazenam as panelas e utensílios da cozinha. Logo ao lado direito e no centro da cozinha, há dois fogões industriais, na parede ao fundo há um grande balcão de cimento, no qual estão distribuídos alguns utensílios de cozinha e um rádio. As agentes que estão encarregadas de vigiar os trabalhos das internas na cozinha também permaneciam ali, ao lado direito da porta possuía uma mesa com um computador.

Enquanto o chefe de segurança explicava, uma senhora estava passando café e as outras três estavam organizando a cozinha. Depois da apresentação, reconheci e fui reconhecida por Aurora⁶. No ano de 2014 a entrevistei quando realizei trabalho de campo na Cadeia Pública de Cascavel. Nesse dia, ela foi a primeira a se disponibilizar para conversar, sentamos nas cadeiras que estavam no corredor em frente aos freezers. Iniciei a nossa conversa com a frase “Você lembra de mim?”. Na verdade, nós duas nos lembrávamos das conversas tomando chimarrão no corredor escuro da galeria feminina de Cascavel.

Nesse momento, todos os sentimentos a que fiz referência no início do texto, como o medo e a ansiedade já não eram tão presentes. Como indicado por Goldman deixei-me afetar pela experiência. Estava tranquila, me sentindo segura.

Os discursos e práticas nativos devem servir, fundamentalmente, para desestabilizar nosso pensamento (e, eventualmente, também nossos sentimentos). Desestabilização que incide sobre nossas formas dominantes de pensar, permitindo, ao mesmo tempo, novas conexões com as forças minoritárias que pululam em nós mesmos. (GOLDMAN, 2008, p.6).

Após encontrar, de fato, as internas, ponderei sobre os desafios de pesquisar na prisão. Surgiram algumas indagações sobre o tema: será mais

⁶Os nomes citados nesse texto são fictícios para preservar os informantes, exceto os nomes dos diretores do CRESF.

pertinente a minha aproximação com as interlocutoras, através da diminuição ou potencialidade da alteridade? Pesquisar instituições prisionais é de fato pesquisar no perigo?

A primeira tarefa do antropólogo, segundo Marc Augé no seu livro “O sentido dos outros” (1999), é a de estabelecer a carta de identidade e de alteridade relativas. Em todas as sociedades, em algum grau, persistem relações entre diferentes gerações, gêneros, classes, etnias. Perceber essas relações é primordial para o trabalho antropológico. Ou seja, o antropólogo deve perceber as relações entre os diferentes sujeitos no espaço que pesquisa, mas antes disso precisa perceber a sua relação de diferença entre os “nativos”.

O trabalho do antropólogo é se aproximar da realidade pesquisada, mas sempre haverá a diferença entre o observador e o observado, assim como afirma Eduardo Viveiro de Castro no seu texto “O nativo relativo”.

O antropólogo tem usualmente uma vantagem epistemológica sobre o nativo. O discurso do primeiro não se acha situado no mesmo plano que o discurso do segundo: o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo, mas é ele quem detém o sentido desse sentido — ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido. A matriz relacional do discurso antropológico é hilemórfica: o sentido do antropólogo é forma; o do nativo, matéria. O discurso do nativo não detém o sentido de seu próprio sentido. De fato, como diria Geertz, somos todos nativos; mas de direito, uns sempre são mais nativos que outros. (VIVEIRO de CASTRO; 2002, p. 115)

Nesse sentido, Alba Zaluar afirma que a manutenção da diferença é essencial para as pesquisas realizadas em contexto de conflito, como as favelas, local onde realizou suas pesquisas, como também, no caso da minha pesquisa, as prisões. No texto “Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais”, a autora afirma que a permanência da alteridade é importante quando há uma relação de pesquisa entre o antropólogo e sujeitos que exercem atividades ilegais.

Ainda no registro utilitário, manter a assimetria entre o sujeito observador e o sujeito observado, entrevistador e entrevistado,

pesquisador e pesquisado, especialmente quando os últimos destes pares de interação estão ou estiveram no mundo criminal, portanto cercados de segredos e silêncios quanto ao que se passa no mundo de ilegalidades, pode produzir o efeito de tornar mais prováveis revelações e confissões. Ao contrário do que dizem os que advogam a identificação e a assimilação entre entrevistador e entrevistado, é a própria distância que facilita a interlocução e as confissões sinceras de ambas as partes. (ZALUAR, 2009, p. 575)

Nesse sentido, demarcar papéis desempenhados pelo antropólogo e pelo interlocutor é fundamental para prosseguir a pesquisa. No interior da prisão, é necessário colocar-me como pesquisadora. E mais, devo enfatizar as minhas intenções, para que elas tenham interesse em compartilhar as suas narrativas comigo. Vários fatores contam a meu favor: eu não estou na prisão para disputar um espaço na cela; não trabalho na instituição. Estou lá sem esses interesses, apenas querendo ouvi-las e compreender a realidade em que vivem. A interação neste caso é pontuar o encontro entre os sujeitos diferentes, pois é no movimento de aproximação entre estranhos que aparecem partes ocultas que podem esclarecer relações inéditas (ZALUAR, 1985)

Assim, a construção da alteridade e de uma noção de “outro” por muitas vezes é resultante do exercício de construção do distanciamento e do estranhamento entre os sujeitos (MALUF, 2011). Portanto, deve-se demarcar uma certa distância para que as relações aconteçam.

Nesse contexto de aproximação e distanciamento, após a primeira conversa com a Aurora, ela foi estabelecendo novas relações chamando outras mulheres para participar das conversas. Essas relações são transformadoras como afirma Eduardo Viveiros de Castro.

O conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos. (VIVEIROS de CASTRO; 2002, p. 113-114).

Após duas horas de conversa, nos despedimos e saí da cozinha.

Olhando para a direita pude ver as galerias femininas e fiquei curiosa em conhecer o espaço que abriga mais de 200 internas. Até aquele momento não havia recebido autorização para conhecer o local. Contudo, a medida que fui visitando a instituição busquei alternativas para resolver a restrição. Naquele primeiro dia, acompanhada pela carcereira Juliane que estava na cozinha, fomos até a recepção e sai da instituição.

Posteriormente, obtive algumas respostas negativas da administração para a liberação das minhas novas visitas. Alegaram que estavam em processo de demissão e admissão de agentes. As respostas afirmavam que o efetivo estava pequeno e não poderiam liberar um agente para me acompanhar na pesquisa. No entanto, entrei em contato com a Pastoral Carcerária Batista que nas sextas-feiras, quinzenalmente, realiza um culto nas galerias do CRESF. O pastor Elias afirmou que nesse período da troca de agentes eles estavam realizando as visitas normalmente e recebi a permissão para acompanhá-los.

Entre em contato novamente com a administração e informei que iria acompanhar a Pastoral Carcerária Batista na sua próxima visita, Cássio também concedeu a sua autorização.

A primeira vez que entrei no interior das galerias do CREF fui acompanhar o culto da Pastoral Batista. Era sexta-feira, encontrei o Pastor Elias acompanhado pela Irmã⁷ Marli e a Irmã Ilma às 09h. Realizamos todo o procedimento da revista, deixamos nossos pertences e descemos acompanhados da carcereira Flora até a galeria. Passamos em frente à cozinha, logo abaixo está localizada a escola. Continuamos a caminhar em direção à galeria e passamos ao lado do pátio e do local onde permanecem os varais para estender roupas.

Chegamos à galeria, cruzamos a porta e aguardamos a liberação para continuar o trajeto. Enquanto aguardávamos e para conter a ansiedade que estava sentindo indaguei ao pastor Elias quais eram as instituições que visitam o CRESF. Dessa forma, iniciamos uma conversa e fui me acalmando.

⁷ Pronome de tratamento comumente usado pelos interlocutores.

Ao lado direito da porta há um barracão com algumas carteiras escolares e um quadro negro. Em frente à porta que estávamos, há uma sala que é de uso exclusivo das agentes. Ao lado esquerdo da porta de acesso há um sofá e cadeiras para as agentes. Em frente ao sofá há uma porta detectora de metais e após cruzarmos essa porta obtemos acesso às grades da galeria.

Atravessamos a primeira porta da grade, esse local é uma espécie de antessala, pois é um quadrado cercado de grade na qual as grades laterais possibilitam o acesso aos dois corredores da galeria. Há também duas celas de triagem com o acesso nesse primeiro espaço. As duas galerias (A e B) possuem 16 celas cada uma, sendo divididas em dois lados com oito celas cada. A estrutura abriga até 256 mulheres. Naquele dia havia 226.

Quando entrei nas galerias o cheiro da prisão era perceptível. Me lembrei do cheiro da Cadeia Pública de Cascavel, na qual realizei trabalho de campo um ano antes de estar no CRESF. Percebi que o cheiro aumentava caso o dia estivesse com temperaturas mais altas, por exemplo, próximo às 12h o cheiro era potencializado. Esse cheiro da cadeia não foi sentido só por mim, a antropóloga Laura Jimena Ordóñez Vargas também escreveu sobre ele.

Quando me lembro de todas as prisões em que já entrei, o primeiro que vem à memória é o barulho de cada abrir e fechar das grades sinalizando o caminho de acesso ao seu interior. Intimamente fundido com ele está o cheiro da prisão. Aquele cheiro forte e penetrante, uma junção de suor impregnado de sofrimento, medo raiva, insônia, angústia e solidão manifestas no odor. Enfim, um cheiro de cativo, de confinamento, inesquecível, de jaula; só entrando em uma prisão para senti-lo. (VARGAS, 2011, p.12)

Cada cela comporta quatro presas. Cada parede com duas camas. Nos fundos da cela há um chuveiro, um vaso sanitário e uma pia, na qual está disposto um cano e um botão de acionar água. Cada cela pode ter uma televisão, todos os aparelhos devem ser entregues pelos seus familiares. As roupas são envolvidas por um lençol denominado pelas internas como cegonha. Elas fazem um suporte com o lençol e utilizam como depósito de

roupas.

O primeiro contato com as internas que estavam na galeria ocorreu a partir da minha aproximação das celas. Eu me aproximava das celas nas quais havia internas próximas à porta. Geralmente, sentava no chão e permanecia conversando. Inicialmente, explicava o que estava pesquisando e que desejava escrever sobre a realidade prisional feminina. Muitas confundiam⁸ o meu trabalho com o das assistentes sociais e das advogadas. Inclusive recebi solicitações para auxiliar nos processos judiciais e antes de conversar comigo houve algumas especulações afirmando que eu era uma nova agente penitenciária. No entanto, com o decorrer da pesquisa, elas foram compreendendo a pouca influência que poderia exercer sobre a vida delas, principalmente sobre seus processos judiciais.

Após um certo tempo de trabalho de terreno na prisão, as reclusas tinham consciência do fato que a minha pesquisa não iria ter repercussões imediatas sobre a sua vida cotidiana. Quando me perguntavam com insistência que consequências benéficas este estudo lhes traria, eu respondia-lhes que os efeitos diretos seriam provavelmente reduzidos. Por outro lado, as reclusas haviam-se apercebido de que eu não me tinha dado por missão denunciar as eventuais injustiças cometidas contra elas, ou de que pelo menos esta preocupação não constituía o centro do meu trabalho. Dado que pela primeira vez alguém vindo do exterior dispunha dos meios credíveis para fazê-lo, não me era moralmente cômodo não responder a esta expectativa legítima. (CUNHA, 1991, p.11)

Manuela Cunha (1991), expressa a dicotomia entre ouvir as internas, compreender a legitimidade de suas objeções e não poder atender. Por atender à solicitação da administração, deixei de atender diversos pedidos realizado pelas internas. E não só.

As questões éticas pairam também sobre a redação dos resultados da pesquisa. No meu caso, a sua publicação encontrava-se garantida e eu estava consciente da facilidade

⁸Na pesquisa realizada na Cadeia Pública de Cascavel também recebi solicitações e meu trabalho foi confundido.

de identificação de cada um dos membros da população que estudava (basta o simples fato de se tratar do único estabelecimento penitenciário feminino central do país). Constituindo um meio onde os estratagemas ilícitos abundam, vejo-me frequentemente forçada a colocar na balança a importância etnográfica de alguns dados (bem como a clareza e o detalhe da sua exposição) e o prejuízo que a sua revelação poderia causar às pessoas envolvidas. (CUNHA, 1991, p.15)

Similar à pesquisa da Manuela Cunha (1991), a presente pesquisa também é facilmente identificada, pois é realizada no único Centro de Reintegração Social Feminino do Paraná. Nesse sentido, algumas afirmações devem ser cautelosamente reveladas para não prejudicar as interlocutoras.

A antropóloga Alba Zaluar (2009) também afirma que os interlocutores de uma pesquisa em sociedades com um sistema judicial presente, podem ser prejudicados pela escrita do pesquisador.

Entender a rede de relações, conflitos e dilemas dos entrevistados não pode ser confundido com oferecer denúncia a um órgão repressor, outro perigo apontado pelos pesquisadores em sociedades com um sistema judicial muito presente, que exige de alguns deles tal denúncia em função de seu conhecimento das atividades criminosas. (ZALUAR; 2009, p. 579)

Além de diferenciar quando é uma piscadela e quando não é, ou seja, conseguir decifrar os “sentidos” dos interlocutores, como Geertz (1989) escreveu, o antropólogo que trabalha com sujeitos que praticam atividades ilegais, deve exercer uma maior sensibilidade para que estabeleça estratégias que não prejudiquem os “nativos”, como também a sua etnografia.

Durante as pesquisas, há diversas omissões, dissimulações e inverdades que o antropólogo deve superar, pois para sobreviver na prática ilícita os sujeitos utilizam esses recursos corriqueiramente (ZALUAR, 2009). Porém, Eduardo Viveiro de Castro (2002) afirma que não precisamos acreditar ou duvidar do que é narrado, mas entender a importância disso na vida dos interlocutores e reconhecer as diferentes possibilidades como possíveis verdades.

Portanto, como procurei demonstrar, realizar uma pesquisa na instituição prisional acarreta diversas problemáticas para o desenvolvimento do trabalho. Nesse primeiro capítulo apresentei a minha chegada a campo e a relação que construí com as minhas interlocutoras. Evidenciei as alteridades entre o pesquisador e o pesquisado. Expliquei que em certos momentos é necessária uma maior aproximação para que ocorra um relacionamento de pesquisa. No entanto, em outros momentos, é necessário um distanciamento para permitir falas. Foram nesses movimentos de aproximação e distanciamento que a pesquisa foi construída. No próximo capítulo, apresento o CRESF a partir do debate potencializado pelo conceito de instituição total de Erving Goffman.

3. A “INSTITUIÇÃO TOTAL” E SUAS POROSIDADES

A intenção desse capítulo é explorar as especificidades do CRESF, demonstrando as porosidades existentes dentro deste ambiente prisional. Compreendo porosidades como rupturas e possibilidades de infiltração de ações e informações externas à prisão. Para que seja possível compreender estas porosidades irei referenciar o conceito de instituição total defendido por Erving Goffman (1961), como também, os debates realizados a partir desse conceito, principalmente aqueles realizados por Manuela Cunha (1994).

Segundo Goffman (1961) existem instituições mais fechadas, as quais denominou como “Instituições totais”, defendendo que nelas há diversas particularidades que as distinguem das demais.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2001, p. 11)

Argumentando a respeito dos indivíduos, Goffman explicou que o processo da perda de autonomia é denominado como Morte Civil. “Os presos podem perder alguns direitos permanentes” (GOFFMAN, 1961, p. 25). Trata-se das transformações na sua carreira moral. Segundo o autor, as instituições são fatais para o eu civilizado, mesmo que a relação do internado com o eu civil seja variável. (GOFFMAN, 1961, p.48)

A instituição inicia o processo de mortificação do eu na entrada do interno. Afinal, são retirados seus pertences, substituídos por uniformes, regras, os horários e as proibições são pronunciadas.

O esquema de interpretação da instituição total começa a atuar automaticamente logo que o internado é admitido, pois a equipe dirigente tem a noção de que a admissão é a prova prima fácil de que essa pessoa deve ser o tipo de indivíduo que a instituição procura tratar. (GOFFMAN, 1961, p.77)

O processo denominado de mortificação do eu, ocorre devido ao confinamento prisional, no qual este “eu” deve seguir regras. Goffman refere-se à entrada do interno na instituição, principiando a mortificação do eu ao deixar de possuir seus pertences.

Um conjunto de bens individuais têm uma relação muito grande com o eu. A pessoa geralmente espera ter certo controle da maneira de apresentar-se diante das outras. Para isso precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los, ou consertá-los, bem como de um local seguro para guardar esses objetos e instrumentos - em resumo, o indivíduo precisa de um "estojo de identidade" para o controle de uma aparência pessoal. [...] No entanto, ao ser admitido numa instituição total é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal. (GOFFMAN, 2001, p. 28)

Simultaneamente ao processo de mortificação do eu, a instituição se encarrega de instruir formalmente e informalmente a nova organização pessoal. Goffman denomina essa nova organização como “Sistema de privilégios” (1974, p. 49), caracterizado por três elementos básicos: primeiramente, as regras da casa, em segundo, os prêmios e privilégios para os internados com “bom comportamento” e, em terceiro, são os castigos. Os privilégios e castigos são peculiares às instituições totais, relacionando os comportamentos com a possibilidade de participar do sistema de trabalho interno e reduzir o tempo de encarceramento.

No CRESF, quando as novas internas chegam recebem um kit com shorts e calça cinza e camisetas brancas. O uniforme deve ser utilizado em todos os momentos em que elas estiverem fora das celas. No interior das galerias, em suas celas o uso não é obrigatório. No entanto, são obrigadas a calçar exclusivamente chinelos. “O uso obrigatório do uniforme é dado como uma medida preventiva destinada a facilitar a identificação da reclusa em caso de evasão” (CUNHA, 1994, p.51).

Contudo, a mortificação do eu pode ser atenuada. Segundo Laura, presa

por tráfico há 2 anos e 2 meses, os momentos que ela mais se preocupa com a sua imagem é quando precisa ir ao Fórum⁹. “Nós vai de uniforme, mas a gente arruma os cabelos, faz maquiagem, só pra vê os caras”¹⁰ (sic). Na fala ela faz referência aos homens que estão presos e que também estariam no Fórum. As regras são mantidas pela administração do complexo penal, que também exige dos homens da Cadeia Laudemir Neves o uso de uniforme enquanto estão fora das celas.

No presente texto, considero a análise dos conceitos de Erving Goffman como tipos ideais. Tipo ideal é um conceito defendido por Max Weber como ferramenta que concede um parâmetro para análise dos dados. O tipo ideal não é uma expressão real do objeto. Segundo Weber (1974, p. 345), “não desejamos forçar esquematicamente a vida histórica infinita e multifacetária, mas simplesmente criar conceitos úteis para finalidade especiais e para orientação”.

Observando a mortificação do eu a partir do conceito de tipo ideal, pode-se possibilitar uma maior compreensão do objeto. A partir da minha aproximação com as mulheres que estão encarceradas no CRESF, ficou evidente a possibilidade de atenuar essa mortificação. Para exemplificar esta minha opção, cito o trabalho da antropóloga Manuela Cunha, “Malhas que a reclusão tece: Questões de identidade numa prisão feminina” (1994). Ela realizou a sua pesquisa na prisão de Tires em Portugal e afirmou que a instituição prisional não é integralmente totalizante, pois seus internos produzem reações frente às imposições da estrutura prisional.

A população reclusa não constitui, no entanto, um mero aglomerado de indivíduos. Os seus membros comunicam e interagem num quadro temporário de vida comum e distinto do anterior. Refletem acerca dele e dessa interação, e produzem sobre ambos um comentário dotado de alguma coerência e, de

⁹ Referência ao fórum Estadual de Foz do Iguaçu que fica a 8 KM de distância do CRESF e da Cadeia Pública Laudemir Neves, a qual as internas são direcionadas para julgamento e assinarem documentos referentes aos seus processos.

¹⁰ Em toda a dissertação transcrevo as falas como as interlocutoras pronunciaram sem realizar correções.

certa forma, específico. Na representação que ele veicula percorremos os "véus" (bem como os fios que os tecem) que ocultam no discurso a realidade e a variedade das práticas de sociabilidade. Seguidamente tratar-se-á de alguns dos que encobrem no sentido inverso, ampliando a dimensão de determinadas práticas através do discurso. (CUNHA, 1994, p. 163).

De certa forma, Manuela Cunha reforça o que Michel Foucault já havia exposto em sua crítica ao conceito de "instituição" no curso "Le pouvoir psychiatrique" ministrado no Collège de France em 1973 – 1974 e somente publicado em 2003. Naquela ocasião, Foucault chamava atenção para o fato de que a noção de instituição não era satisfatória. Este conceito evidencia uma série de perigos para o discurso sociológico ou psicológico já que parte de uma análise da instituição a partir da sua regularidade e precipitação. Ele adverte que é essencial evidenciar os desequilíbrios de poder.

Durante meu trabalho de campo, percebi que as internas reformulam as práticas minimizando o processo de mortificação do eu. Por exemplo, ao mesmo tempo que há regras impostas sobre as internas exigindo a utilização de uniformes, elas vão maquiadas para o fórum, elas se arrumam para interagir com os homens que estarão presentes.

As correspondências também são controladas pela administração. Todavia, durante os cultos que acompanhei, era comum a entrega de bilhetes destinados aos religiosos. Os bilhetes consistiam em pedidos de oração para seus processos judiciais, para sua família e para elas. Quando saíamos da galeria, as agentes penitenciárias liam todos os bilhetes e em seguida decidiam se autorizavam os religiosos a transportá-los para fora do presídio. As cartas entre os familiares são permitidas, porém são observados pelos agentes e o processo de entrega prolonga-se por 30 dias.

Embora a instituição proponha um protocolo de controle, algumas internas entram em contato com os seus familiares utilizando outros recursos, como o telefone celular. Esse artifício ficou claro quando entrevistei algumas internas que estão passando pela triagem. Inicialmente, elas afirmaram que

não conseguiram entrar em contato com a família, como é o caso de Daiane, presa por homicídio que está há um mês no CRESF: “A nossa família nem sabe que estamos aqui”. Ela se referia as suas colegas que também estavam na triagem e que haviam chegado há um mês transferidas de cadeias públicas das cidades próximas à Foz. No entanto, depois de uma hora conversando com ela, indaguei novamente sobre o contato com a família e ela afirmou “você sabe, só daquele jeito, nas escondidas”. Ela se referia ao uso do celular.

A instituição prisional encarrega-se de controlar os mais diversos canais de comunicação com o exterior. Somente são permitidas trocas de cartas, telefonemas e encomendas caso seja apresentada uma necessidade absoluta¹¹ por parte da interna.

Em suma, o sentido deste controle global não decorre inteiramente dos princípios invocados pela instituição (i.e., segurança e promoção da reinserção social), refletindo um mais amplo e ambíguo ensejo moralizador. E é também neste quadro que se tornam compreensíveis algumas das disposições que regulam a vida interna do estabelecimento. (CUNHA, 1994, p.50)

Exemplificando esse controle moralizador, podemos falar a respeito do exercício da comunicação. Por exemplo, no interior da prisão também circulam bilhetes para comunicação entre as internas do CRESF e os internos da Cadeia Pública Laudemir Neves. Laura, afirmou que mesmo com a vigilância, elas transpassam as “pipi” (conhecidas também como “pipas” e “catus”) – que são bilhetes ou cartas. Segundo ela: “a gente manda as pipi para os caras, mas também mandamos entre a gente”.

Porém, ela reconhece as dificuldades de conseguir enviar os bilhetes e cartas para os internos da Cadeia Pública. Segundo Laura, a administração não permite tal comunicação, mas com o auxílio de algumas internas que trabalham na instituição e possuem maior liberdade de circulação pelo complexo elas transmitem as “pipis”.

¹¹Ocorre quando demonstram a necessidade de informar seu familiares sobre alguma enfermidade ou sobre sua situação judicial, mas segundo elas as liberações são incomuns.

Podemos citar outros exemplos: Ao longo do trabalho de campo percebemos que em certos momentos a instituição se apresenta fechada e em outros aspectos se apresenta permeável. Citarei a seguir um fato vivido por mim no primeiro dia da pesquisa de campo, quando tive a oportunidade de conhecer as internas que trabalham na cozinha. Naquela ocasião encontrei a Aurora que conhecia da minha última pesquisa e começamos a conversar.

Fomos interrompidas pela presença de um professor que entrou na cozinha para cumprimentar as mulheres que estavam ali. Ele se aproximou e se apresentou como professor Mário, me apresentei e afirmei que estava conversando com a Aurora. Ele a cumprimentou também. No seu bolso havia diversos pacotinhos de bolachas. Ele retirou um e me ofereceu, no primeiro momento não aceitei, pois estava conhecendo o espaço e não sabia os limites que havia. Quando ofereceu para Aurora ele olhou para mim e pediu autorização. Fiquei sem reação, afirmei que não sabia se podia ou não, então ele chamou a agente e solicitou a permissão para entregar o pacote de bolacha para a Aurora. Ela liberou. O professor entregou a bolacha e ofereceu novamente para mim, aceitei e no fim da conversa entreguei para a Aurora. Após entregar as bolachas o professor se despediu e se dirigiu à escola. Goffman afirma que uma das formas mais eficazes para perturbar a carreira moral, no seu eu, é a obrigatoriedade de solicitar permissão para atividades que no mundo exterior não era necessário (GOFFMAN, 1961, p. 44).

Esse fato demonstra diversas questões intrínsecas à pesquisa realizada nas instituições prisionais. Explicita a minha posição como pesquisadora, os limites das decisões da presa, a possibilidade da entrada de alimentos não disponibilizados pelos familiares ou pelo Estado, a proibição de ações sem o conhecimento da administração e o receio de agir de forma ilícita por parte das pessoas que não compreendem o funcionamento da prisão.

Isto posto, Goffman (1961) também afirma que o internado percorre quatro fases no interior da instituição prisional: primeiro experimenta o sentimento de abandono; depois vem a aceitação; depois a apologia do seu eu e por fim oculta seus registros criminais.

O sistema de privilégios e os processos de mortificação já discutidos constituem as condições a que o internado precisa adaptar-se. Tais condições permitem diferentes maneiras individuais de adaptação, além de qualquer esforço de ação subversiva coletiva. O mesmo internado empregará diferentes táticas de adaptação em diferentes fases de sua carreira moral, e pode alternar entre diferentes táticas ao mesmo tempo. (GOFFMAN, 1961, p.59)

O autor distingue quatro tipos de táticas: primeiramente ocorre o afastamento da situação, em segundo há a tática de intransigência; terceiro a colonização e, por fim, a fase da conversão¹² (GOFFMAN, 1961, p.59-63). Afirmando que os internos passam por diversas fases durante o confinamento, possibilitando a alteração do eu. Todo o processo ocorre no interior de instituições que inibem a autonomia e a liberdade do interno.

Diversos autores que abordaram as questões referentes às instituições prisionais referenciam a existência ou não da solidariedade entre as internas. Goffman afirmou que mesmo com a existência de confraternizações, formação de grupos de amigos não é possível considerar a existência da solidariedade nas instituições totais.

Embora haja tendência de solidariedade – por exemplo, confraternização e formação de “panelinhas” – tais tendências são limitadas. As coerções que colocam os internados numa posição em que podem identificar-se e comunicar-se não levam necessariamente a elevado moral de grupo e à solidariedade. (GOFFMAN, 1961, p. 58)

Concordando com a afirmação de Goffman, a partir da observação da prisão de Tires em Portugal, Manuela Cunha afirma que não é plausível

¹² As táticas defendida por Goffman (1961) são segmentadas em quatro tipos: A primeira é denominada como “Afastamento da situação” que ocorre quando o interno aparentemente não concede atenção aos acontecimentos em sua volta, exceto os que ocorrem ao seu corpo; A segunda é a “tática de intransigência” relacionada aos internos que desafiam a instituição, negando cooperação com a administração e geralmente é uma tática temporária; Em terceiro há a “colonização” qualificando a tática de aceitar o ambiente que está vivendo, comumente realizando comparações com o mundo externo; Por fim, o autor definiu a “conversão” tática na qual o interno aparentemente aceita a interpretação oficial e se esforça para representar o papel do interno perfeito.

considerar as internas da prisão como um grupo coeso.

Depreende-se desta teia de qualificações negativas a referida "falta de solidariedade" da população reclusa, mas preferiria relevar no processo de acusações recíprocas a recusa de uma identidade pessoal desviante que ele traduz (mais uma vez, se essa população surge dada como categoria, nada à partida nos pode fazer esperar que ela se comporte como grupo). (CUNHA, 1994, p. 123)

No Brasil, Julita Lemgruber que realizou sua pesquisa de campo entre 1976 e 1978 no Instituto Penal Talavera Bruce no Rio de Janeiro, também concordou com as premissas defendidas pelos autores anteriormente citados.

Em qualquer população de presos a primeira característica que ressalta é a ausência de solidariedade completa, resultado das condições próprias da vida cativa e também estimulada pela administração para a qual não interessa uma população coesa, pelas dificuldades que apresentaria em relação ao controle que se deseja exercer. (LEMGRUBER, 1983, p. 79).

No entanto, Lemgruber escreveu a sua obra anteriormente ao surgimento das organizações criminais¹³, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) em 1993 que surgiu com a intenção de potencializar a união e a solidariedade entre os internos das instituições prisionais em São Paulo. Segundo a autora Camila Caldeira Nunes Dias, apesar do discurso de solidariedade, ainda não pode ser defendido que exista uma coesão social na prisão, portanto ela denominou essa relação como "protosolidariedade".

Contudo, essa protosolidariedade estava vinculada a uma rede restrita de interdependência entre esses indivíduos, limitada às questões mais imediatas, como a oferta de bens materiais e proteção individual e coletiva, sempre em pequena escala. (DIAS, 2011, p. 197)

¹³Utilizo o termo "organização criminal" inversamente ao termo "organização criminosa" como sugerido pela autora Camila Caldeira Nunes Dias (2011, p. 25). A autora optou por usar a expressão "organização criminal", como também em alguns momentos se referência como organização, grupo ou agrupamento, pois, considera a expressão "organização criminal" destituída de conotações ideológicas de qualquer espécie.

No CRESF, há inserção de presas provisórias e presas condenadas propiciando uma maior mobilidade das internas. Esse dado poderia ser compreendido apenas como potencializador da ínfima solidariedade existente. Contudo, presenciei a inserção das organizações criminais e seus discursos que propõem união entre as internas. Laura, presa por tráfico que está no CRESF há 2 anos e 2 meses, após ser indagada sobre a importância dessas organizações nas prisões afirmou que “se não fosse eles comandando, as coisas iam estar pior, porque tem muita cadeia por aí que a mulherada vive se matando por falta de comando”.

Para a administração da prisão o assunto não é exposto abertamente. Algumas vezes esbocei indagações sobre a atuação das organizações criminais, mas tive a resposta negada. Não se comenta a existência desses coletivos, aparentemente somente há um comando da prisão e é composto unicamente pela direção.

No entanto, a existência e a importância dessas organizações criminais são evidentes em diversas pesquisas realizadas em diferentes prisões. O trabalho da Karina Biondi expõe o funcionamento de um dos principais coletivos prisionais brasileiros na sua obra “Junto e misturado: Imanência e transcendência no PCC”. Segundo a autora, o PCC tem um caráter transcendente que surge da sua imanência.

Se afirmo que o PCC exerce alguma influência sobre a prisão, não é porque o considero uma força anterior que exerce um poder sobre os presos, ditando o que devem ou não fazer, mas sim o nome de uma instância mais ampla que está sendo construída e operada localmente: uma produção local de uma transcendência que, por sua vez, também tem agência, também é produtora das relações travadas entre os prisioneiros. (BIONDI, 2009, p. 38)

Diante dos argumentos evidenciados nas obras citadas e da fala da minha interlocutora exposta anteriormente não posso negar a importância dessas organizações para as relações que são construídas no interior da prisão, os coletivos prisionais estão presentes em grande parte das prisões

brasileiras e o CRESF é mais um espaço dessas atuações.

No Paraná, há a presença de pelo menos cinco organizações criminais distintas¹⁴: Primeiro Comando da Capital (PCC) que possui o maior número de adeptos ao sistema prisional paranaense; Máfia Paranaense; Primeiro Grupo Catarinense (PGC); Primeiro Comando do Paraná (PCP) e Amigo dos Amigos (ADA).

3.1 - O Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF)

O CRESF foi construído em 2012. Anteriormente, as mulheres presas de Foz do Iguaçu eram alocadas na ala feminina da Cadeia Laudemir Neves, que foi construída em 1993. O relatório publicado no site do Conselho da Comunidade em 14 de maio de 2011 afirmava superlotação, condições de higiene e saúde precária¹⁵.

Nesse relatório está exposto que havia 126 mulheres e 288 homens presos em uma estrutura capacitada para abrigar 130 internos, incluindo homens e mulheres. No ano seguinte ao relatório foi realizada a reforma na estrutura da Cadeia Pública Laudemir Neves durante a qual foi construída a estrutura que abriga o Centro de Reintegração Social Feminino. Assim, as mulheres que estavam na estrutura da Cadeia foram transferidas para a nova construção.

Além da construção do CRESF, a estrutura da Cadeia Laudemir Neves foi ampliada para abrigar 386 homens presos. O CRESF possui duas galerias em um espaço de 800 m² e o solário está localizado em uma construção de

¹⁴ A existência dessas facções foi reconhecida pelo próprio secretário estadual de Segurança Pública do Paraná, Wagner Mesquita, em entrevista concedida ao jornal Gazeta do Povo, publicado em 16 de janeiro de 2017. Segundo o secretário a principal organização criminal presente no Oeste do Paraná é o PCC, principalmente na fronteira com o Paraguai. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cinco-faccoes-atuam-nos-presidios-do-parana-pcc-e-disparada-a-mais-ativa-8nws75zyez9iu0sqf6odls1n>>. Data de acesso: janeiro de 2017.

¹⁵ A matéria está disponível em: <<http://conselhodacomunidadefoz.blogspot.com.br/2011/05/ala-feminina-da-cadeia-publica-laudemir.html>>. Data de acesso: agosto de 2016.

360 m², com capacidade para abrigar 256 mulheres. No momento da pesquisa, havia 226 mulheres presas.

A estrutura dispõe de um barracão para ser aproveitado como sala de aula, canteiro de trabalho e oficina, a serem usados alternadamente por homens e mulheres presos na unidade. Alguns espaços realmente são compartilhados por homens e mulheres, como a cozinha e o canteiro de horta, porém a escola e o barracão não são utilizados pelos homens.

Segundo o Estado do Paraná, as vagas são direcionadas 50% para presas provisórias e 50% para presas condenadas conforme previsto no artigo 84 da Lei de Execução Penal (LEP). Porém, a direção do Centro de Reintegração Social Feminino de Foz do Iguaçu disponibilizou os dados estatísticos sobre o perfil das apenadas e está não se adéqua ao previsto. Segundo o relatório de julho de 2015, há 226 mulheres presas, dentre essas 139 já foram condenadas e 87 ainda esperam julgamento. Portanto 38% dessas mulheres estão com a situação prisional provisória.

Sobre a faixa etária, as mulheres que possuem a idade entre 18 a 25 anos somam 66 internas (29,23%), 26 a 35 anos somam 83 internas (36,72%), 36 a 45 anos somam 46 internas (20,35%), 46 a 55 anos somam 27 internas (11,94%), 56 a 65 anos somente quatro internas (1,72%).

O relatório faz referência étnica com a expressão “cútis” e distingue-as como brancas, negras, pardas e inválidas¹⁶. Segundo o relatório há 104 mulheres brancas, 22 são distinguidas como negras, 76 são consideradas pardas e 24 estão classificadas como inválidas.

Sobre os crimes que as internas estão respondendo, 57,96% estão relacionados às drogas, seja tráfico ou associação ao tráfico. Em segundo lugar estão os crimes contra o patrimônio que somam 17%, há 10% dos crimes relacionados à registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, 6,63% são crimes contra vida. O restante se distingue em crimes contra administração, contra liberdade e falsificação.

¹⁶ Entrei em contato com a direção solicitando a elucidação do termo, porém não obtive retorno.

Por fim, segundo o relatório sobre o estado civil das internas, há 86 mulheres casadas ou amasiadas, 117 estão solteiras, 17 estão separadas ou divorciadas e há seis viúvas. Sobre as visitas os dados demonstram que há 60 internas que recebem visitas. Dentre essas, 44 recebem visitas da família e 16 recebem visitas de não parentes de primeiro grau. No relatório não há nenhum “cônjuge” cadastrado para visita, 166 mulheres presas não recebem visitas¹⁷.

As visitas acontecem aos sábados e aos domingos, um dia autorizado para cada galeria. Elas se encontram com os familiares no pátio, caso seja liberado a visita íntima é improvisada uma cela na galeria.

Todas as reclusas que não recebem visitas regularmente encontram-se privadas do importante suporte material (para além do afetivo) que aquelas proporcionam na gestão da vida prisional. As visitas trazem produtos que de outro modo teriam de ser comprados na cantina do estabelecimento, como leite (só gratuitamente fornecido às reclusas mediante prescrição médica), iogurtes e outros alimentos, papel, selos, artigos de higiene, etc. (CUNHA, 1994, p. 44)

Como só é permitida a entrada de familiares de primeiro grau, caso a interna não receba visita dentro de seis meses, a instituição libera a entrada de outra pessoa. No entanto, grande parte das internas não é de Foz do Iguaçu. A distância geográfica dificulta a possibilidade da presença de seus familiares, mas não é só isso. Mesmo os familiares que podem realizar as visitas, enfrentam meses de espera devido ao processo burocrático exigido. Houve relatos que afirmaram a espera de dois meses para conseguir a carteirinha de visitante.

3.1.1 - Administração e equipe de trabalho do CRESF

¹⁷ Sobre o abandono que as mulheres sofrem na prisão há o documento intitulado “Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil”, elaborado pelo Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas, em 2007, em parceria com o Centro Pela Justiça e Pelo Direito Internacional (CEJIL), direcionada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>>.

A administração do CRESF é realizada pelo Departamento de Execução Penal do Paraná (DEPEN/PR), que está inserido na Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR). Essa estrutura está assegurada pela Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Segundo a LEP, no Artigo 61, os órgãos de Execução Penal são: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; Juízo da Execução; Ministério Público; Conselho Penitenciário; Departamentos Penitenciários; Patronato; Conselho da Comunidade e a Defensoria Pública.

O presente trabalho é realizado na prisão que é administrada diretamente pelo Departamento Penitenciário, então, abordarei os serviços que competem a esse órgão previsto na LEP. A administração é dividida por diversos cargos, o representante oficial da prisão é o Diretor e seu assistente. Especificamente, o diretor do CRESF também é responsável pela Cadeia Laudemir Neves. Segundo o texto oficial das “Práticas de segurança nas unidades penais do Paraná” disponibilizada pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU/PR) em 2011, o diretor deve promover a administração geral da Penitenciária, observando as disposições da LEP e as normas da administração pública estadual e cumprindo as determinações judiciais (SEJU/PR, 2011, p. 29).

Para que a presente pesquisa ocorresse, foi necessária a aprovação do diretor, como já exposto, entrei em contato semanalmente para verificar a pertinência da continuidade da pesquisa, recebi autorização por aproximadamente um ano de pesquisa, após esse período não foi possível prosseguir a pesquisa de campo por falta de liberação da direção que justificava as solicitações negadas expondo a preocupação com a minha segurança, como já me referenciei anteriormente.

Alguém da equipe dirigente precisa ser o representante oficial da instituição nos conselhos da sociedade mais ampla [...] Alguém da equipe dirigente precisará lidar com visitantes e outras relações dos internados; alguém precisará oferecer

serviços especializados; alguém precisará passar grande parte do tempo em contato direto com os internados. Alguém pode precisar até representar um símbolo pessoal da instituição para os internados – um símbolo em que possam projetar muitos tipos diferentes de emoção. Um estudo mais profundo das instituições totais deve dar atenção sistemática a essas diferenças no interior da categoria. (GOFFMAN, 1961, p. 100)

Segundo o texto oficial disponibilizado pelo SEJU/PR em 2011, a Divisão de Segurança e Disciplina (DISED) é diretamente subordinada à direção da prisão. Composta pelo chefe de segurança, subchefe de segurança e auxiliares. Essa divisão é responsável por coordenar as atividades de segurança na instituição prisional (SEJU/PR, 2011, p. 23). No primeiro dia de campo, fui acompanhada pelo chefe de segurança até a cozinha e ele me apresentou para as mulheres presas, todas as vezes que estive presente no CRESF encontrei-o e casualmente trocamos algumas palavras.

O chefe de segurança, segundo o texto oficial do SEJU/PR – 2011, deve nomear um agente penitenciário para ocupar o cargo de inspetor. Ao setor de Inspeção, o qual é composto pelo inspetor e seus auxiliares; quem compete coordenar as atividades de segurança do estabelecimento penal (SEJU/PR, 2011, p. 30).

Por fim, há os agentes penitenciários que trabalham nas galerias. Conforme a resolução 3027, de 23 de janeiro de 2004, da Secretaria de Administração e Previdência do Paraná (SEAP/PR), o agente deve “efetuar a segurança da Unidade Penal em que atua, mantendo a disciplina. Vigiar, fiscalizar, inspecionar, revistar e acompanhar os presos ou internados, zelando pela ordem e segurança deles, bem como da Unidade Penal.” (PARANÁ. 2004. p.1) Os agentes fazem plantões de 12h por 48h ou 24h por 72h. Há 12 mulheres agentes penitenciárias responsáveis pelo CRESF, revezando 6 agentes por turno. Geralmente uma acompanha as internas que estão na cozinha e as outras permanecem na estrutura arquitetônica que abriga as duas galerias.

Caso a escola esteja funcionando, uma agente também acompanha

essa atividade. A comunicação entre agentes é realizada através de um rádio transmissor. Geralmente quando me aproximava de uma agente era possível ouvir o seu rádio transmissor.

Para abordar a relação entre as agentes e as presas é necessário considerar o espaço ao que estão inseridas, pois a relação é diferente dependendo do ambiente. Na cozinha as internas possuem maior mobilidade e podem estabelecer uma relação mais próxima das agentes. Na galeria isso não é possível, pois as internas permanecem trancadas nas celas e as agentes desenvolvem seus trabalhos no hall de entrada da galeria. Deve-se considerar a escolha exercida por cada indivíduo, mas observei que o espaço também pode propiciar maior ou menor proximidade.

Quando as presas estão na cozinha, há uma maior liberdade para conversar com a agente. Ela fica em contato com as internas integralmente. Durante uma das tardes que passei conversando com as internas e com a agente na cozinha, Dora, presa por tráfico, disse: “A Alvina (presa que coordenava a cozinha) considera a Dona Mari (agente penitenciária) como a filha dela”, pois ela estava preparando bolinhos de chuva a pedido da agente.

No entanto, quando conversava sobre as agentes com as mulheres que estavam locadas nas galerias a referência se alterava. Algumas se referiam às agentes com palavrões e ofensas. Segundo elas, algumas das agentes às tratavam como “animais”, mas não eram todas. Durante a pesquisa, procurei conversar com algumas agentes. Inclusive, no primeiro dia que obtive a oportunidade de conhecer a galeria, conversei com a agente Júlia e perguntei sobre a divisão das celas. Ela disse que eram divididas conforme a periculosidade e perguntei o que seria considerado nessa categoria, ela afirmou que eu não tinha ideia do motivo que elas estavam lá e por isso não saberia o tamanho da periculosidade. A fala das internas reforça a ideia exposta por Goffman (1961, p.77-78): “um homem na cadeia deve ser um delinquente”.

3.1.2 - Remissão da pena e os espaços ocupados na prisão

Os espaços da prisão são ocupados com a autorização da administração. Quando uma interna chega à instituição é levada para uma cela, na qual é feita a triagem. Elas ficam durante um mês em um local provisório, até adequá-las em uma cela. Esse momento de triagem serve para a administração verificar o histórico e executar a burocracia exigida para a alocação da interna.

Após esse primeiro momento, a interna é direcionada a uma cela definitiva, caso a acusação do crime esteja ligado a homicídio envolvendo filhos, mães e crimes com excesso de violência, a interna é direcionada a cela do “seguro”. O “seguro” abriga as mulheres que cometeram algum crime que as demais desaprovam, reservando essas mulheres do contato com as outras.

Sobre essa divisão, Laura, presa por tráfico há 2 anos e 2 meses, depois de indagada sobre a existência de distinção no tratamento da interna devido o crime indiciado respondeu: “sim, nois é criminosa, mas nois tem uma ideologia e tem que ser correto, tem crime que nós não aceita, por exemplo mata filho, daí elas ficam no seguro, porque se não nós mata elas (sic)”. Perguntei algum exemplo de crime cometido por alguma interna que está no seguro, “como a mulher que matou o filho com macumba, ela tá lá no seguro. Também tem uma que foi assalta uma velhinha e bateu nela, a gente não aceita isso”. Sua colega de cela que estava ao lado, também contou que “Na verdade, se acontece alguma coisa aqui, nois tem elas pra usa como escudo¹⁸, o chumbo cai nelas primeiro”.

Portanto, há divisões promovidas pelas próprias internas, como, por exemplo, as mulheres que estão na cozinha, são conhecidas como as que estão “fechadas com a polícia”. Afinal, trabalhar na cozinha é ocupar um espaço privilegiado. Elas possuem uma maior circulação na prisão, celas com uma estrutura melhor, banheiro com maior privacidade, podem cozinhar

¹⁸ Segundo a interna, caso ocorra uma rebelião essas mulheres serão usadas como proteção de uma possível ação violenta da polícia. Caso a polícia atire possivelmente essas mulheres serão atingidas primeiramente.

alimentos diferentes dos disponibilizados pela instituição e recebem remissão da pena pelo trabalho executado.

No entanto, observei o trabalho realizado na cozinha e decidi não permanecer somente nesse espaço por perceber a quantidade de serviço a ser realizado por elas, ou seja, houve momentos que percebi que atrapalhava o andamento das tarefas. Elas são responsáveis pela limpeza do local, limpeza do setor administrativo da Cadeia Laudemir Neves, preparam o café, temperam¹⁹ os alimentos que chegam da empresa terceirizada para servirem aos agentes. São 11 mulheres responsáveis por todas as tarefas, e ainda há 4 homens, internos da Cadeia Laudemir Neves, que auxiliam no trabalho diário da cozinha.

A alimentação²⁰ é terceirizada no CRESF. Ela é preparada em local fora do presídio pela empresa “Verde Mar Alimentação LTDA”, e transportada ao CRESF. Há três refeições diárias: a primeira às 5h, a segunda às 11h e a terceira às 17h. Quando os alimentos chegam ao CRESF, algumas internas são responsáveis por transportá-los para as galerias. Outras permanecem na cozinha temperando novamente os alimentos para servirem aos agentes e às internas que trabalham na cozinha.

Carmem, presa por tráfico de drogas e que está no CRESF há 2 anos e 9 meses, explicou como funciona a divisão das tarefas entre as internas responsáveis pela cozinha. Segundo ela, as funções são divididas por dia. No primeiro dia, a interna é responsável por cozinhar - função que denominam por “Buffet”-, segundo dia é a folga, no terceiro dia devem cuidar da lavanderia, no

¹⁹ Os alimentos são oferecidos em marmitas prontas para consumo e são distribuídas nas galerias do CRESF e da Cadeia Laudemir Neves. No entanto, as internas que trabalham na cozinha retiram os alimentos das marmitas que seriam servidas aos agentes penitenciários para esquentar e temperar novamente, pois segundo elas as marmitas não são muito bem temperadas e se esforçam para “melhorar” o sabor para servir os agentes e os(as) internos(as) que trabalham na instituição. Nas palavras de Aurora, presa por tráfico, “a comida vem terceirizada e nós tempera de novo para servir os agentes, mas para as presas da galeria a comida desce como chega”.

²⁰Ouvi diversas reclamações da alimentação, essas objeções foram afirmadas no relatório do Ministério da Justiça, realizado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Ouvidoria do Sistema Penitenciário/Depen relatório de inspeção em estabelecimentos penais do estado do Paraná em 24 e 25 de abril de 2014, p. 17.

quarto dia servem as marmitas, no quinto dia cuidam do café pela manhã e limpam a cozinha a tarde, no sexto dia o ciclo repete a tarefa do quinto dia e no próximo dia voltam a realizar a tarefa do primeiro dia.

O preparo do café é dividido de uma forma diferente. Cada interna é responsável durante duas semanas, pois quem prepara o café acorda às 2h30 da manhã e às 05h30 volta a dormir até às 12h, realizando a sua função do dia no período da tarde. Depois de realizar as duas semanas preparando o café a interna tem o direito de mais um dia de folga. Uma das presas é designada pela direção para coordenar todas as tarefas. Essa coordenadora deve acordar todos os dias às 04h30 da manhã.

Referenciado por Manuela Cunha em sua observação na prisão de Tires em Portugal, o trabalho realizado pelas internas é majoritariamente doméstico (CUNHA, 1994, p. 82). Similar ao relato da antropóloga, no CRESF as mulheres também são responsáveis pela lavanderia, cozinha, limpeza dos corredores e salas da administração e das galerias femininas. Como também há uma interna que produz sacolas²¹ para livros que serão destinados aos homens internos das Penitenciárias Estaduais de Foz do Iguaçu (PEF 1 – 2) localizadas nas proximidades do CRESF.

Conforme a LEI nº 12.4333 de 29 de junho de 2011, a cada três dias de trabalho será redimido um dia da pena. Resumido pela Carmem “a cada um ano trabalhando na cozinha diminui quatro meses da pena”. Também há a possibilidade de redimir a pena lendo um livro por mês. Neste caso, a interna deverá ler o livro, elaborar um relatório explicando o livro e encaminhar para a pedagoga da escola, responsável pela correção dos relatórios. Esse deverá receber a nota superior a 6,0 pontos para reduzir quatro dias da pena.

Da mesma forma, é assegurado que a cada 12 horas de frequência escolar seja redimido um dia da pena. No CRESF, a escola é frequentada por aproximadamente 30 mulheres. Além da escola, há cursos profissionalizantes

²¹ As sacolas são produzidas por uma interna que possui à sua disposição as máquinas de costuras doadas pelo Conselho da Comunidade, conforme afirmado pela presidente Luciane Ferreira em entrevista concedida em 25 de setembro de 2015.

dispostos pelo SENAI de Foz do Iguaçu, como o de pintura em parede. Luciana, presa por tráfico há 2 anos, enquanto aguardava o professor para iniciar a atividade do dia, o curso ocorria pelo período de três meses, recebendo a remissão de 15 dias da pena. Durante o curso elas pintavam as paredes do CRESF e no momento que conversei com ela, a pintura estava sendo realizada nas paredes internas do pátio.

Outra possibilidade de remissão da pena são os artesanatos executados nas celas, geralmente os artesanatos são peças de crochê. Inclusive enquanto permaneci no corredor das galerias femininas, deparei-me com um suporte de plástico que utilizavam no trânsito de linha e agulha entre as internas.

Por fim, há o cargo de auxiliar de enfermagem, ocupado pela Dani, anteriormente ocupado pela Aline que preferiu sair do cargo para trabalhar na cozinha, pois ganharia mais dias de remissão. Segundo ela, mensalmente, como auxiliar de enfermeira recebia a remissão de sete dias e com o trabalho na cozinha são redimidos dez dias trabalhados.

A auxiliar de enfermagem permanece na sala da enfermaria anexa à administração da Cadeia Pública Laudemir Neves. Ela auxilia a enfermeira que é responsável por entregar os medicamentos para os presos que necessitam de medicamentos controlados. Porém, era comum ouvir as reclamações das internas sobre a falta de medicamentos disponíveis pela instituição. Cunha também observou a preocupação de contrair doenças.

A situação de reclusão em si mesma é propícia à ênfase do receio de contrair doenças infecto-contagiosas várias, ao implicar a coabitação forçada das internadas, a participação conjunta em todas as atividades cotidianas e a utilização comum das mesmas instalações e utensílios (sem que as reclusas tenham a possibilidade de se furtar a uma e a outra): "É uma inconsciência continuarmos todas juntas quando há aqui pessoas com SIDA, tuberculose, sífilis e hepatite, e é incrível que se misture a louça e se lave a roupa toda junta". (CUNHA, 1994, p. 55)

As gestantes são transferidas a partir de 13 semanas de gestação para a Penitenciária de Piraquara, próximo a capital do Estado. Possibilitando

permanecer até o sexto mês do nascimento do filho. Essa questão é extremamente delicada, pois como afirma Débora Diniz “sobre esse assunto, não se deve gastar palavra, ir ou ficar, qualquer escolha é besta. Cadeia não é lugar de criança, e a entrega é acréscimo de pena para as mulheres” (DINIZ, 2015, p.38). No entanto, após voltar de Piraquara as mães não são permitidas a continuar a amamentação, pois o CRESF não possui estrutura para tal. Segundo Aurora, presa por tráfico, as crianças acabam ficando com os familiares, ou caso não tenham nenhum responsável que se disponibilize para cuidar da criança ela é direcionada às instituições do Estado e passa pelo processo de adoção.

Em uma das minhas visitas ao CRESF recebi o convite de Lúcia, a enfermeira responsável, para conhecer a enfermaria que fica localizada no prédio da Cadeia Laudemir Neves. O atendimento é disponibilizado para os presos da Cadeia Pública e para as presas do CRESF. Acompanhei o atendimento do preso João realizado pela enfermeira. João chegou acompanhado por um agente penitenciário que se ausentou da sala no momento da consulta. Como indicado por Lúcia, ele sentou-se na cadeira disposta no centro da sala. Lúcia solicitou que eu observasse da porta, ela disse: “Querida fica aqui, o protocolo já foi quebrado, pois em hipótese alguma eu posso realizar um procedimento sem a presença de um carcereiro e agora estamos sozinhas”.

Permaneci na porta e ela sentou em frente ao computador. A sala estava bagunçada, ao lado esquerdo da porta havia uma maca de ferro com um colchão que estava plastificado, sobre a cama havia diversas caixas de remédios espalhadas, a maior parte era remédio anti-inflamatório denominado Ibuprofeno. Três paredes sustentavam prateleiras que estocavam diversas caixas de remédio, inclusive havia algumas caixas espalhadas pelo chão. Na direção da porta havia dois arquivos que acomodavam os prontuários dos internos. Por fim, a sala dispõe de um computador, mesa e duas cadeiras disponíveis para o paciente e a enfermeira.

Durante o procedimento, Lúcia escreveu o nome do paciente no

computador e verificou que ele tomava medicamentos controlados. Ela disse gesticulando “Ah! (é) você que toma uns remédios controlados? Fiquei sabendo que você não está comendo e não está tomando os remédios”. João negou. Enquanto Lúcia conversava com ele, piscava para mim e fazia sinal movimentando a mão circularmente ao lado de seu rosto, indicando que o paciente era “louco”. Tive que sair para acompanhar o culto que estava iniciando na galeria e antes de sair ouvi Lúcia gritando: “não liga (para) a bagunça, estamos arrumando, depois a gente conversa mais”. No entanto, não recebi mais autorização para permanecer na enfermaria. Esse breve relato retrata a situação do atendimento à saúde na instituição, reafirmando as falas das minhas interlocutoras.

Portanto, com esse capítulo pretendi evidenciar as porosidades existentes na instituição prisional. Referenciando as regras impostas pela prisão e as ações das internas minimizando o processo de mortificação do eu. Também evidenciei o funcionamento do CRESF, quais são as responsabilidades dos agentes, os espaços existentes na prisão e os trabalhos exercidos pelas internas. Desta forma, a partir dos dados apresentados é possível perceber que embora haja rígido controle legalmente estabelecido, na prática os diversos atores presentes neste espaço criam formas de ação que evidenciam as possibilidades de porosidade nesta instituição prisional.

No próximo capítulo serão apresentadas a aceitação ou a negação de recursos comunicativos como reforço no posicionamento que considera a prisão um lugar ou um não-lugar, segundo os conceitos de Marc Augé (2001). Como procurarei argumentar, a identidade também está alinhada ao mundo do trabalho ou o mundo do crime defendidos por Ramalho (2006)²². Para isso serão apresentadas cinco trajetórias de vida com intuito de demonstrar o uso ou o não uso dos recursos comunicativos próprios das internas, sobretudo os recursos gestuais codificados que observei na instituição.

²² No próximo capítulo irei explicar os conceitos defendidos por José Ricardo Ramalho (2006).

4. RELATOS SOBRE AS MULHERES INTERNAS DO CRESF

No presente capítulo, serão apresentadas trajetórias de vida de algumas internas. Procurarei evidenciar a relação com as questões internas no espaço prisional. Meu intuito será demonstrar os distintos posicionamentos das internas que ocupam diferentes espaços no CRESF, já que algumas consideram a prisão apenas um lugar passageiro e outras criam relações afetivas nesse espaço.

Para compreender esses distintos posicionamentos utilizo o conceito de lugar e não-lugar defendido por Marc Augé (1994). O autor refere-se a lugar no sentido de lugar antropológico, no qual os atores ocupantes desse espaço produzem identidade e relações. De forma diferente, não-lugar pode ser compreendido por duas categorias que são distintas, mas também complementares: a primeira refere-se aos espaços que possuem finalidades transitórias como transporte, comércio e lazer; a segunda categoria é referente às relações que os atores projetam nesses espaços. A análise nesse texto faz alusão ao que me foi dito pelas internas. Algumas destas sublinharam o fato de não terem produzido relações identitárias, afetivas e históricas com o espaço prisional. Outras, distintamente, fizeram apreciação contrária.

Para isso, será exemplificado o uso ou não uso de algumas formas de comunicação existentes entre as internas. Para expor a existência das formas de comunicação verbal e não-verbal e seus atores, serão apresentadas fragmentos de histórias das mulheres que ouvi e convivi durante a pesquisa de campo. Os relatos são resultados de uma compilação de histórias e falas que ouvi durante a pesquisa de campo.

Serão evidenciadas histórias reais, mas para preservar a identidade das minhas interlocutoras os nomes serão alterados. Afinal, como já expliquei no início deste trabalho, pesquisar sujeitos que estão passando por uma instituição penal exige cuidados quanto à exposição de histórias, nomes e crimes que poderiam comprometê-las. Os relatos serão expostos com as expressões usadas pelas internas sem alterações, e o vocabulário será

apresentado ao lado dos diálogos para possibilitar uma melhor compreensão dos significados.

Pretende-se além de expor o uso dos vocabulários próprios e os gestos na comunicação entre as internas, evidenciar os locais que essas mulheres ocupam quando utilizam esses recursos de comunicação. Espaços que no interior da instituição estão associados com a relação dentro/fora da prisão explícito nos relatos.

Para isso, nesse capítulo há dois objetivos, o primeiro é evidenciar o uso de vocabulários próprios das internas, seja verbal ou não-verbal. Afinal, além das gírias faladas muitas mulheres que estão no CRESF também se comunicam através dos gestos que se assemelham à língua de sinais. Ou seja, expressam o alfabeto em forma de sinais que são expostos com as mãos.

O segundo objetivo é expor quando o uso desses recursos da comunicação é feito. Observei em que locais do interior da prisão estão essas mulheres que permite ou não o uso dos recursos não-verbais. No decorrer da pesquisa de campo observei que o uso dos sinais era algo comum nas galerias, local onde estão dispostas as celas, e não são usadas na cozinha, local de trabalho que são ocupadas por algumas internas.

Os gestos²³ geralmente são executados quando há interação entre pelo menos duas pessoas. Primeiramente uma das interlocutoras chama a atenção da colega que deseja se comunicar e iniciar sua fala gestual. Apenas utilizam as mãos. Existe um alfabeto gestual e algumas palavras que são mais expressadas são gestos únicos.

Como afirma o antropólogo Michael Angrosino, em sua obra “Etnografia e observação participante”, o etnógrafo deve realizar um esforço para evidenciar da melhor forma as experiências vividas pelos interlocutores.

O estilo tradicional do texto científico foi sempre uma espécie de camisa de força para o etnógrafo que está, afinal, tentando mostrar as experiências vividas por pessoas reais. Livrando-se

²³ Não descreverei detalhadamente os gestos, pois tenho a convicção que não seja pertinente expor os significados que elas compartilham e preservam nas interações internas.

aos poucos das restrições rigorosas do texto científicos, os etnógrafos experimentaram nos últimos anos várias formas de escrita etnográfica “alternativa”, empregando em maior ou menor grau diferentes formas literárias e artísticas a fim de encontrar um modo mais expressivo de representar as experiências vividas pelas pessoas que eles estudam (ANGROSINO, 2009, p. 103).

Isto posto, pretendo fazer uso de pseudônimo e apresentar as falas que ouvi e anotei no meu caderno de campo durante a realização da observação direta. Meu intuito é preservar a identidade das mulheres que concederam seus relatos de vida e também construir um quadro interpretativo.

Angrosino também explica o estilo da escrita ficcional:

Ficção é qualquer forma literária em que o contexto e as pessoas nele estudadas são representados ficcionalmente (P. ex., o uso de personagens compósitos, a colocação de personagens em eventos hipotéticos, atribuição de monólogos interiores elucidativos as certas pessoas quando o pesquisador não teria nenhuma possibilidade de ouvir as narrativas originais). Às vezes a ficção é empregada por razões éticas (para melhor salvaguardar a identidade de pessoas que poderiam ser prejudicadas se fossem imediatamente identificadas em um texto convencional “objetivo”), ou para aprimorar a conexão entre experiências da comunidade estudada e preocupações mais universais. (ANGROSINO, 2009, p. 105).

No entanto, é importante informar que as histórias que serão retratadas foram contadas pelas internas, apenas foram modificados as características das internas e os nomes.

Decidi dividir as personagens tomando como parâmetro o espaço que elas ocupam na instituição prisional. Faço distinções das personagens que permanecem na cozinha ou na galeria. Percebo certas especificidades nestes espaços que ajudam a compreender a vivência destas mulheres, relacionado à trajetória anterior a situação prisional.

Nos relatos que serão expostas são perceptíveis quais são as relações de cada uma delas com a instituição e de qual local da prisão essas mulheres estão falando. Percebo que a maior parte das mulheres que estão trabalhando

na cozinha consideram a prisão como um não-lugar. Por outro lado, grande parte das mulheres que estão na galeria a observam como um lugar.

Marc Augé (1994) explica a produção de não-lugares pela supermodernidade.

Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja. A volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os não lugares. Lugares e não lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e as noções que permitem descrevê-las. (AUGÉ, 2001, p.98).

No decorrer da pesquisa, esses conceitos de lugar e não-lugar foram observados relacionados à trajetória anterior a prisão dessas mulheres. Os relatos das internas evidenciam a relevância de suas trajetórias de vida anteriores ao encarceramento para ocupar locais privilegiados ou não na instituição e para as suas projeções futuras.

Além da questão espacial, a noção de tempo também é peculiar nessas instituições. Algumas experimentam o encarceramento como um não-lugar, algo temporário sem criar relações de afeto com os demais sujeitos que compartilham desse não-lugar. Outra parte das internas vivenciam a instituição como um lugar. Elas produzem relações afetivas e consideram essa experiência como um tempo real, existente.

Evans-Pritchard (1978) já falava sobre o espaço e o tempo no seu livro clássico "Os Nuer". Segundo o autor, há o tempo ecológico e o tempo estrutural. No entanto, o tempo não está determinado apenas por fatores ambientais, mas também pelas interações sociais. Ou seja, as relações estruturais influenciam na percepção de tempo dos indivíduos.

O controle do tempo realizado pela instituição é extremamente presente, nos distintos espaços da prisão. Porém, apresenta-se mais rigoroso para as mulheres que trabalham na cozinha, pois como já referenciei no segundo capítulo, há horário para despertar e organizar o café da manhã e durante o restante do dia há horários para as refeições e limpeza da cozinha. Elas estão

sempre acompanhadas de uma agente penitenciária vigiando as atividades. Na galeria apenas há o horário para despertar e ir tomar banho de sol quatro vezes por semana e posteriormente as internas podem voltar a dormir, as refeições são servidas, mas não há o mesmo controle que é exigido na cozinha.

Ouvi relatos das internas que estão locadas na cozinha que o tempo passa mais rápido trabalhando. Ao contrário das falas de diversas mulheres trancadas na galeria que afirmavam que o tempo passava lentamente. É importante enfatizar que são relatos proferidos por mulheres distintas que também apresentaram pluralidade nas respostas, algumas afirmavam que o tempo passava rápido na galeria, mas a maior parte concordava que sem exercer uma atividade o tempo aparentava lentidão.

A própria realização desta etnografia está diretamente ligada ao tempo e aos espaços do CRESF. Como esta e qualquer etnografia pressupõe uma relação subjetiva entre antropóloga e interlocutoras, acredito que o modo, os lugares e os tempos de convivência são instrumentos fundamentais para compreender o cotidiano prisional. De acordo com Laura Nader a etnografia em si é um esforço teórico.

Ethnography has commonly been summarized as description, albeit description in context, but not exactly theory. Yet, theory is defined as the analysis of a set of facts in their relation to one another, or the general or abstract principles of any body of facts, which to my mind makes ethnography most definitely a theoretical endeavor, one that has had and still has worldly significance, as description and explanation. Thus, the ethnography itself as well as its explanatory use is a theoretical endeavor. (NADER, 2011, p. 211)²⁴

Sendo assim, a proposta de apresentação de dados foi construída e

²⁴ Tradução: “A etnografia geralmente foi resumida como descrição, embora descrição em contexto, mas não exatamente teoria. No entanto, a teoria é definida como a análise de um conjunto de fatos em sua relação uns com os outros, ou os princípios gerais ou abstratos de qualquer fator, o que, em minha opinião, torna a etnografia definitivamente um esforço teórico, que teve e ainda tem significado mundano, como descrição e explicação. Assim, a própria etnografia, bem como seu uso explicativo, é um esforço teórico”.

pensada muito em relação ao modo como fui obtendo acesso gradualmente ao CRESF. Conforme fui conseguindo entrar nos diversos ambientes, percebi as ações distintas das internas em relação ao local que estavam ocupando na prisão.

Há diversos grupos de mulheres com posicionamentos divergentes. Como por exemplo, as mulheres de “confiança” da administração geralmente demonstram afinidade com a direção da prisão. Nos discursos destas é possível perceber que assumem toda a culpa por estarem presas. Algumas delas inclusive me disseram que merecem estar na prisão. Já outras, se identificam como “criminosas”. Elas afirmam “nois é do crime mesmo” e almejam status de liderança no interior da prisão. Existem também as mulheres que nunca estiveram em uma prisão e chegaram há pouco tempo. Essas demonstram um deslocamento e estão em período de adaptação.

Há inúmeras divergências nas falas das mulheres. Enquanto algumas apresentam simpatia pelo mundo do trabalho, outras defendem o mundo do crime. A distinção entre mundo do trabalho e mundo do crime foi estudada por José Ricardo Ramalho (2008), reafirmando a distinção dos lugares ocupados pelas internas da instituição prisional. Fazendo a interrelação espaço e fala no Cresf, percebo que enquanto uma parte das mulheres que estão na cozinha, espaço considerado privilegiado na prisão, evidenciam uma fala afinada ao mundo do trabalho, muitas das demais presas que não ocupam espaços de trabalho demonstram congruência com o mundo do crime.

As categorias trabalho e mundo do crime (ou vida do crime) são fundamentais na representação dos presos sobre a cadeia. Referiam-se a situações distintas de suas vidas na prisão. Estar no mundo do crime (ou na vida do crime) significava estar ilegitimado em virtude da acusação de infração aos códigos e leis. Neste contexto, trabalho representava a via de retorno à legitimidade social, a possibilidade (teórica) de “recuperar-se”. A trabalho estavam associados família, amigos, visitas, esforço de alfabetização e instrução, espaço ocupado na cadeia. (RAMALHO, 2008, p. 68).

Durante a pesquisa de campo observei que o uso dos gestos era comum entre as mulheres das galerias. Já na cozinha não percebi o uso desses recursos de comunicação. Quando questionei algumas internas que estavam na cozinha sobre a comunicação gestual, elas me disseram que não usavam, pois não compactuam com o restante das internas. Essa diferenciação referenciada está afinada com o discurso da administração, pois essas mulheres estão gozando do privilégio de ter a possibilidade de trabalhar e diminuir sua pena devido à decisão da administração. Ou seja, as falas públicas geralmente são compatíveis para preservar a relação existente entre a interna da cozinha e o grupo administrativo. Também é importante salientar que essa distinção entre uso e não uso da linguagem foi perceptível apenas no vocabulário não-verbal. No que diz respeito à fala, as gírias são comuns à maioria das presas.

Por outro lado, o uso de um recurso como o vocabulário verbal não exclui o uso do vocabulário não-verbal, ou seja, uma interna pode se comunicar com outra interna com os sinais referenciando-se às expressões que são compartilhadas pelas internas da prisão. Por exemplo, uma interna deseja falar sobre o banheiro da cela com uma colega, mas não quer falar alto, ao invés de soletrar com os sinais a palavra - banheiro - ela soletra a palavra “boi” que significa banheiro no vocabulário das internas.

A linguagem no sistema prisional foi tema da pesquisa de Hilderline Câmara de Oliveira. A autora destaca como o vocabulário é algo específico, um marcador identitário dos sujeitos que participam de um determinado grupo.

Nesse universo, a linguagem foge à compreensão daqueles que não estão inseridos no espaço prisional, estabelecendo também uma forma de identificação dos sujeitos de cada grupo, além de garantir a unidade da comunicação e de padrões culturais. (OLIVEIRA, 2013, p. 237)

Diferentemente da pesquisa da autora, no Cresf pude observar o uso da comunicação gestual. Portanto, destacarei as trajetórias de vida dessas

mulheres apresentado o uso ou o não uso de elementos verbais e não-verbais no cotidiano prisional, como também suas percepções de tempo e espaço. Seguindo este raciocínio, no desenrolar do capítulo faço distinção entre as mulheres que ocupam a cozinha, local de privilégio, e que se referem a instituição como um não-lugar e as mulheres que estão nas galerias que constata a instituição como um lugar. Saliento que não é o uso ou não dos recursos comunicativos que às segregam. Através destes últimos é possível perceber como se reforçam seus posicionamentos diante do encarceramento. Ou seja, eventualmente é um reforçador, mas não é algo determinante.

4.1 – COZINHA: ESPAÇO DE CONFIANÇA

Relatei no segundo capítulo que a cozinha é um espaço peculiar na instituição, pois as mulheres permanecem lá o dia inteiro. A maior parte das mulheres que lá estão trabalham durante o dia e descansam à noite nas celas que são anexas ao mesmo espaço. Ou seja, mulheres que cozinham vivem o encarceramento no espaço da cozinha, o que garante a elas uma rotina e relações muito específicas dentro da instituição.

Durante o revezamento do trabalho, pelo menos duas mulheres descansam de dia e trabalham na madrugada organizando o café da manhã nos dias previamente estipulados. A cozinha é um espaço de trabalho que permite maior interação entre as internas e agentes penitenciárias. Nesse espaço as mulheres devem permanecer vestindo o uniforme, calça ou shorts cinza e camiseta branca. Como abordei no capítulo anterior, a cozinha foi o primeiro ambiente da prisão que obtive autorização para conhecer.

Nesse local, sempre que conversava com minhas interlocutoras, elas me declararam inocência. De maneira geral, ou elas silenciavam sobre os crimes pelos quais respondiam ou enfatizavam a sua atual condição como trabalhadoras. Esse comportamento pode ser compreendido pelo interesse em continuar trabalhando na cozinha afirmando uma ressocialização.

Logo nos primeiros meses de pesquisa de campo percebi que quando

entrava na cozinha a dinâmica do trabalho era alterada. Afinal, uma interna deixava de executar suas tarefas para conversar comigo. No entanto, sempre fui bem recepcionada. Elas me ofereciam café, eu aceitava e sentávamos no corredor da cozinha ou no lado de fora perto da lavanderia. Nesse momento, as conversas se referiam aos relatos de como chegaram ali e como viviam o cárcere. Geralmente, nas falas das mulheres que ocupavam o espaço da cozinha havia dois tipos de argumentação quando o assunto era o crime que estão sendo acusadas. Algumas negavam a sua participação e outras afirmavam arrependimento. Por exemplo, a presa Aline que citarei abaixo, alegava não ter participado da ação criminal, assim como a Alejandra que enfatizava a sua compunção.

Após alguns meses de pesquisa, fui me inteirando melhor do espaço e me esforçava para não atrapalhá-las nas atividades da cozinha. Geralmente, quando eu chegava, a interna que estava de folga conversava comigo. Porém nem todas estavam dispostas a conversar no único dia que tinham para descansar. Com o tempo fui oferecendo auxílios nas atividades que elas estavam desenvolvendo, ajudei a carregar panelas e destacar sacolas plásticas para depositarem os pães do café da manhã. Quando oferecia ajuda, era comum elas recusarem afirmando que eu não precisava me preocupar. Com o tempo fui insistindo e participei de algumas atividades.

No decorrer dessas pequenas colaborações, ouvi e participei de muitas conversas. Por exemplo, permanecíamos em pé em volta de um cesto de plástico preto retirando as sacolas e destacando-as, enquanto conversávamos sobre diversos assuntos sem a formalidade de uma entrevista. No decorrer dessas conversas ouvi muitas histórias que me ajudaram a construir os personagens que vou retratar a seguir.

4.1.1 – A forasteira

Alejandra, a *forasteira*, formada em administração, réu primária, faz parte do grupo de mulheres estrangeiras que estão encarceradas no CRESF. Ela é colombiana,

Vocabulário:

Forasteira: Presa estrangeira.

introvertida, mas quando começou a relatar a sua história a conversa foi longa. Há quatro anos foi presa por tráfico quando estava desembarcando no aeroporto de Foz do Iguaçu.

Em uma das tardes que estava na instituição Alejandra me chamou para conversar. Era o dia da sua folga e decidi compartilhar a sua história comigo, mas queria falar a sós. Fomos ao exterior da cozinha procurando certa privacidade e permanecemos próximas a porta da lavanderia. Sentamos e ela contou que estava escrevendo um livro sobre as suas vivências no interior da prisão.

Indaguei se o livro dela era uma biografia e ela disse “Sim, de certa forma é, vou falar da minha vida, como é aqui dentro, eu tive a ideia depois de ler A cabana. Você já leu?” Respondi negativamente. Ela completou: “ah então leia, é muito bom, e acima de tudo eu sobrevivi porque acredito em Deus, tem gente que não acredita, mas se você estiver aqui e não ter no que acreditar, você não aguenta”.

A fala religiosa é comum às internas da instituição prisional. Alejandra expressa a sua fé como fundamental para viver o período do encarceramento. Camila Caldeira Nunes Dias (2006) em um artigo expõe como o discurso religioso possibilita o redirecionamento do mundo do crime para o mundo do trabalho.

O discurso religioso re-significa a trajetória biográfica do indivíduo, dando novas cores e novos sentidos ao seu passado, presente e futuro; o trabalho e, junto com ele, a educação, passam a ser vistos como vias de retorno à legitimidade social; e, por fim, os laços familiares – em conjunto com o vínculo mantido com o grupo religioso - são alçados à categoria de ponto de apoio fundamental para a manutenção dessa identidade baseada nos preceitos evangélicos. (DIAS, 2006, p. 4)

Essas características podem ser observadas na trajetória de Alejandra que está inserida no espaço de trabalho da instituição e afirma o seu discurso religioso.

Prossigui a conversa perguntando o que ela queria que eu escrevesse

no meu trabalho e ela respondeu “Fala que no Brasil tem mais leis e menos justiça”. Indaguei por quê? E ela respondeu: “Porque tem muita lei, mas não tem um processo de julgamento rápido e a gente fica aqui, esquecidas”.

Continuou expondo: “E ficar aqui não é fácil. Mas primeiro tem que aceitar sua condição de presa e continuar a vida. Eu demorei muito para conseguir aceitar minha condição, mas sobrevivi”. Essa “aceitação”, como já me referi, era perceptível nas falas das mulheres da cozinha. Segundo ela, a prisão é apenas um momento da vida de uma pessoa, nas suas palavras: “a pessoa tem uma vida, gostos de música, comida, relacionamentos. Aqui é um momento da vida dessa pessoa, mas não é mais do que isso. Ela continua sendo uma pessoa”. Nesse trecho é importante destacar a palavra pessoa, no sentido antropológico defendido primordialmente por Marcell Mauss (2003, p. 369) como uma categoria social e não apenas como uma concepção natural de si.

Nesses trechos da fala de Alejandra, é perceptível a aceitação da sua condição de presa no sentido de compreender e seguir as regras da instituição, mas não internalizando esse período como algo formador. Ela expõe uma concepção de prisão como um não-lugar, apenas algo temporário e transitório.

A sua trajetória no interior da instituição ocorreu da seguinte forma: quando chegou ao CRESF foi direcionada para a galeria. Primeiro, ela passou pela cela conhecida como triagem. Um processo institucional obrigatório a todas as novatas que consiste em permanecer em uma cela distinta para que as agentes verifiquem documentos, assegurem que não há problemas de alocar a interna em alguma cela com as demais e disponibilizem a cela que a novata será destinada. Após alguns dias foi direcionada para uma cela na galeria. Segundo ela, quando chegou na galeria percebeu que havia muitas discussões, afirmou “uma quer ser mais criminosa do que a outra, isso aqui dentro, lá fora pode não ser, mas aqui uma quer ser pior que a outra”.

No entanto, ela decidiu não se envolver em discussões, nas suas palavras: “Eu nunca briguei com ninguém, mas falei o que queria, nunca fiquei quieta, as pessoas ruins são iguais essa árvore, se for um pé podre ele não vai

melhorar, então precisamos tirar dali” e continuou: “não gosto de besteira e isso deixei claro e ninguém vem falar besteira para mim, pois sempre mostrei que sou correta. Eu apenas oro para as pessoas mais difíceis, porque sei que vão sofrer muito”.

Essas expressões evidenciam o que Erving Goffman (2011, p. 13) denomina por fachada, “o valor positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assume durante um contato particular”. Esse comportamento que pode ser inconsciente evidencia uma fachada, reforçando a sua escolha de permanecer trabalhando na cozinha sem interagir com as demais internas da galeria.

Alejandra contou que todas as vezes que alguma interna que compartilhava a cela com ela queria atrito, ela avisava as agentes e solicitava a transferência da interna para outra cela. Assim, logo conseguiu a confiança da administração. Após oito meses na galeria foi convocada para trabalhar na cozinha, no local onde ainda permanece. Essa convocação é resultado da relação que construiu com a administração, solicitando transferência de celas para suas colegas que ameaçavam ações violentas.

Indaguei sobre o uso dos códigos gestuais e Alejandra afirmou que não compreendia, pois não desejou aprender. Ela alegou três motivos. O primeiro consistia em que compreendia pouco de português e teria dificuldade para conseguir comunicar-se com os sinais; segundo, pois permaneceu alguns meses na galeria e logo foi para a cozinha, local onde os sinais não são utilizados; por fim, afirmou que não tinha vontade de aprender, porque decidiu viver na prisão sem criar vínculos afetivos.

Nesse sentido disse: “aqui é uma selva de concreto, cada um luta pelo seu espaço, somos pessoas, mas aqui não temos solidariedade”. Defendeu a direção e os agentes: “Não é culpa do diretor e do juiz as condições que temos, é algo maior, é o estado”; ainda complementou: “até porque nós cometemos um crime e perdemos o direito da liberdade e muitas coisas junto”. E repetia: “Tem que aceitar o que o funcionário fala. Perdemos os nossos direitos e temos que aceitar isso. Mas somos humanos ainda”.

Alejandra foi condenada a 15 anos de prisão por tráfico internacional de drogas,²⁵ como recebeu remição por trabalhar na instituição e por ser réu-primária estava aguardando o seu alvará de soltura. Estava aflita, pois deverá cumprir o restante da sua pena em liberdade no Brasil. Ela não poderá voltar para Venezuela até cumprir a sua condenação.

4.1.2 – Aline: sou gente lá fora.

“Aqui dentro sou a mosca da bosta do cavalo, sou gente lá fora”, disse Aline, referindo-se à instituição prisional. Ela é uma mulher extrovertida, sempre disposta a conversar, foi presa por tráfico de drogas há um ano e dois meses e chegou no Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF) há três meses. Anteriormente estava presa na cadeia pública de Matelândia, uma cidade localizada a 56 KM de Foz do Iguaçu. No dia em que foi presa estava chegando à cidade de Matelândia com o seu marido e sua sogra para visitar a avó de seu marido. A família viajou de Florianópolis, cidade onde moravam em Santa Catarina, localizada a 800 KM de Matelândia.

Segundo ela, foi surpreendida pela polícia, pois não sabia que o marido estava transportando substâncias ilegais. Presas, Aline e sua sogra Amália foram dirigidas a cadeia pública de Matelândia e após 11 meses pegaram o *bonde* para o CRESF. Seu marido permanece na cadeia pública de Matelândia.

Vocabulário:

Bonde: Transferência de instituição prisional.

Aline tem quatro filhos e dois netos. A sua filha mais velha está com 17 anos, Aline foi presa quando estava grávida de quatro meses, mas devido ao estresse que passou com o encarceramento acabou sofrendo aborto

²⁵ Segundo o código 33 da Lei nº 11.343 de agosto de 2006 a pena por tráfico ilícito de entorpecentes é de cinco a quinze anos de reclusão. A pena sofre um aumento de um sexto a dois terços se a “natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito;” segundo o código 40 dessa mesma lei. Para maiores esclarecimentos segue o link da lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em 07 de maio de 2017.

espontâneo. Segundo ela, o processo foi doloroso resultante das condições que estava vivendo. Após o aborto não recebeu nenhum acompanhamento psicológico.

Ao falar de seus filhos, Aline demonstrou grande preocupação com as condições financeiras da sua família. Ela trabalhava como técnica de enfermagem em dois hospitais em Joinville. Após a sua prisão, seus filhos não possuem nenhum auxílio financeiro e dependem exclusivamente dos cuidados de familiares. O auxílio reclusão não contempla seu caso já que o salário que recebia excedia o valor de 1.212,64 previsto pela legislação para garantia do auxílio.

O auxílio reclusão²⁶ é um benefício concedido pela previdência social direcionado aos familiares das reclusas. Para ter acesso ao auxílio a reclusa deve estar segurada no momento da prisão. Ou seja, as presas que possuíam as carteiras de trabalho ativas estão aptas a receber o benefício que vai diretamente para os responsáveis pelos seus dependentes legais. Geralmente quem recebe o auxílio reclusão é o cônjuge ou companheiro comprovando casamento ou união estável; ou Filho(a), pessoa a ele equiparada ou irmão de ambos o sexo devendo possuir menos de 21 anos de idade, exceto se for considerado inválido ou com deficiência. O valor é calculado correspondente a média de salário e de contribuição que a reclusa possuía anteriormente. A duração do auxílio é variável conforme a idade e o tipo de beneficiário, encerrando no momento da liberdade ou fuga da prisão. Somente recebem as presas que estão no regime fechado ou semiaberto.

²⁶ Benefício concedido pela previdência pública – INSS – aos dependentes de presos que contribuem regularmente com INSS e pela legislação atual recebesse até R\$ 1.292,43. Portanto, esse benefício é destinado apenas aos que possuíam qualidade de segurado na data da prisão, deve estar recluso em regime fechado ou semiaberto (desde que a execução da pena seja em colônia agrícola, industrial ou similar) e possuir o último salário abaixo do valor previsto na legislação vigente. O valor do benefício pode ser retirado por cônjuge ou companheira que comprovarem casamento ou união estável na data da prisão do segurado, como também por filho, pessoa a ele equiparada ou irmão (comprovando a dependência), de ambos os sexos, devendo possuir menos de 21 anos de idade, exceto se for inválido ou com deficiência. Para mais informações segue o site da previdência: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/auxilio-reclusao/>>

Aline considera a sogra como uma mãe. Ela é a única familiar com a qual permanece em contato. Quando conversávamos, ela demonstrava muita preocupação com Amália que foi diagnosticada com câncer e nesse dia estava no *Xis* 210.

Aline é mais uma das mulheres que estão presas e não recebem visitas. Segundo ela, a distância da sua cidade é o maior empecilho para sua família visitá-la. As visitas ocorrem aos sábados para a galeria A e para a galeria B são realizadas no domingo. Ela se comunica com seus familiares por *pipas* que demoram meses para chegar ao destino e a resposta aguarda um longo tempo de espera. Quando é algo urgente, geralmente as presas não esperam a eficiência das trocas de cartas e utilizam o *radinho* para se comunicar.

Segundo Aline, os *radinhos* chegam de diversas formas no interior da instituição. Uma das alternativas foi desvendada há pouco tempo pela direção do presídio. Havia uma agente penitenciária que os transportava dentro das caixas de som que trazia. O valor cobrado pela agente era aproximadamente três mil reais. Aline afirmou que uma colega de cela já tinha gastado dez mil reais só em celular, pois eram smartphones que permitiram navegação pelas redes sociais.

No primeiro dia em que nos encontramos, Aline estava trabalhando na cozinha. Havia um mês que tinha sido transferida para o trabalho interno. Anteriormente trabalhava como auxiliar na enfermaria do CRESF e da Cadeia Pública Laudemir Neves. Preferiu alterar sua função, pois como auxiliar de enfermagem recebia sete dias de remissão e na cozinha redime dez dias a cada um mês trabalhado.

A enfermaria é ocupada por uma enfermeira concursada que é auxiliada por uma interna. No caso do CRESF e da Cadeia Pública Laudemir Neves quem exerce essa função é a Neiva. Não há médicos trabalhando na instituição. Segundo Aline, a saúde é precária. Há uma grande quantidade de

Vocabulário:

Xis: Cela, também denominado como cubículo ou barraco.

Pipas: Cartas ou bilhetes que também são denominadas de catataus ou pipis.

Radinho: Telefone celular, também denominado de bebê

remédios que não podem ser distribuídos para as internas por falta de indicação médica²⁷. Geralmente as mulheres acabam recebendo cuidados das próprias colegas de cela. A automedicação é comum e muitas vezes a única alternativa.

Sobre a alimentação, Aline me contou que sente falta de frutas e legumes. Ela explicou que acaba recorrendo aos doces que os familiares das colegas enviam. A obesidade é notória entre estas mulheres. Segundo ela, a maioria delas acaba engordando no interior da prisão. Esse fenômeno deve ser melhor investigado, mas há hipóteses de estresse e falta de uma alimentação balanceada fornecida pela instituição.

As mulheres vão para o banho de sol no pátio da instituição todas as manhãs de segunda a quinta durante uma hora e meia. Cada galeria tem um horário. Nas sextas-feiras elas não permanecem no pátio, pois recebem as pastorais religiosas para cultos e celebrações. No final de semana recebem as visitas dos familiares que são realizadas no pátio da instituição.

A última vez que conversei com Aline as coisas já estavam se alterando. Ela me contou que conseguiu a autorização da “subida” de sua sogra para a cozinha para permanecerem juntas. Nesse último dia, eu estava destacando os sacos plásticos para colocar os pães do café da manhã do dia seguinte juntamente com Amália, a sogra. Aline estava muito nervosa. Recentemente discutiu com uma das internas. O motivo da discussão é a divisão das tarefas. Algumas presas alegam que a divisão de tarefas está desproporcional, principalmente porque Amália acaba realizando as tarefas com menor esforço físico. O fato é que, como argumentou Aline, nem todas compreendem a gravidade do estado de saúde de sua sogra e ela não quer deixá-la “descer” para a galeria novamente.

A cozinha exige muito esforço físico. Conforme observei, as mulheres trabalham durante o dia todo em atividades variadas. Contudo, há um limite de mulheres que compõem a cozinha e algumas defendem a ideia de que se

²⁷ No capítulo anterior narrei a minha experiência ao conhecer a enfermaria do CRESF no qual observei armários lotados de caixas de remédios e inclusive espalhados pelo chão da enfermaria.

alguém não pode ajudar em todas as tarefas, deve voltar à galeria.

Indaguei qual era o motivo que a deixava preocupada em saber que a Amália poderia ser redirecionada para a galeria. Ela afirmou “não quero a minha sogra longe de mim, e ainda mais com aquelas mulheres, elas são loucas, são bandidas”. Era comum ouvir discursos que defendiam a oposição das mulheres que estavam trabalhando na cozinha para com as mulheres que compõem as galerias.

Retomo o conceito de fachada para compreender a afirmação da Aline. Fachada expressa o tipo padronizado apresentado pelo indivíduo no decorrer da sua representação. Apresenta-se como um esforço em manter-se no local privilegiado da prisão, no qual as mulheres podem trabalhar e redimir a pena, como também permanecer separadas da maior parte das internas.

O interesse de Aline em manter a fachada é perceptível. Goffman afirma que os “atributos aprovados e sua relação com a fachada fazem de cada homem seu próprio carcereiro; esta é uma coerção social fundamental, ainda que os indivíduos possam gostar de suas celas (Goffman, 2011, p. 18). Ou seja, a todo momento reforçam a diferença que há entre as mulheres que estão na cozinha e aquelas mulheres que compõem as galerias, na tentativa de reforçar esta escolha.

4.1.3 – “Rainha” Aurora: mãe da “princesa”.

Aurora, foi presa pela primeira vez em 2010 e permaneceu durante 8 meses encarcerada. Dois anos depois de estar novamente em liberdade foi presa por tráfico de drogas pela segunda vez. As duas prisões ocorreram na cidade de Cascavel, localizada a 140 KM de Foz do Iguaçu. Conheci Aurora na Cadeia pública de Cascavel quando realizava pesquisa de campo para minha monografia da graduação de Ciências Sociais em 2013/2014. E reencontrei-a no CRESF como indiquei anteriormente. Segundo a interlocutora, ela pegou o *bonde* em outubro de 2014 com mais vinte mulheres que estavam encarceradas na Cadeia pública de Cascavel.

Aurora é uma mulher simpática, bem-humorada e possui cicatrizes antigas que chamam atenção pela quantidade. O pulso está coberto de finas cicatrizes horizontais. Eu perguntei sobre suas cicatrizes e ela respondeu que é destrambelhada e os cortes foram acidentes durante a realização dos trabalhos na cozinha e antigamente em sua casa. Aurora é mãe de seis filhos, um faleceu logo após o nascimento. Seu filho mais novo completou três anos. Ele conviveu apenas 11 meses com Aurora. Atualmente a criança mora com o pai.

Ao falar dos filhos, Aurora me disse que a saudade batia forte da sua “princesa”. A princesa é a Lara de 11 anos. Lara está à disposição do Estado. Ela participa de um programa chamado “família solidária” na qual permanece durante algumas semanas na casa de voluntários. Aurora chora ao lembrar que desconhece o paradeiro da filha e afirma que fica atenta ao assinar documentos para não perder a filha. Segundo ela, quando sair irá reencontrar Lara. Ela faz referência a fala da sua “princesa” que prometeu que não vai trocá-la por ninguém.

Lara participa do Programa Família Acolhedora, regulamentado pela Lei Municipal de Cascavel 4.466/2006 vinculada à Secretaria Municipal de Ação Social. Ela permanece na cidade de Cascavel e reside na casa de voluntários sendo transferida de residência a cada um mês aproximadamente. Segundo Aurora, sua filha preferiu participar do programa devido aos maus tratos que sofria na casa de sua tia, a única familiar que se disponibilizou para tutelar Lara.

Os outros três filhos de Aurora residem em Foz do Iguaçu. Eles possuem 18, 21 e 23 anos e não a visitam, pois possuem *passagem* e é melhor ficar distante da prisão. Após alguns meses da nossa primeira conversa, cheguei no CRESF e observei que Aurora estava muito emotiva com lágrimas nos olhos. Ela relatou que seu filho tinha falecido. De acordo com suas palavras, o homicídio havia sido encomendado para o seu filho de 21 anos, mas o atirador confundiu os irmãos e matou o seu filho de 18 anos. Ela

Vocabulário:

Passagem: Esteve preso anteriormente.

acredita que a morte foi resultado de um “acerto de contas”. Contudo, quem pagou foi o que não devia. Suas colegas estavam com receio que Aurora tivesse uma recaída ou “enlouquecesse”, mas ela afirmava que estava bem. Estava triste, mas estava se recuperando da perda.

Reconstruindo sua trajetória, Aurora contou que iniciou sua carreira no crime como companheira de um traficante. Posteriormente, cuidava de seus clientes sem auxílio de companheiros. Segundo ela, sente saudade do Airton que não a visita e é o pai do seu filho mais novo. Ele não participava dos *corres*. Segundo ela, Airton era um “homem bom, trabalhador”. Antes de ser presa morava com ele em Cascavel. Quando sair quer voltar a conversar com ele.

As histórias que Aurora me contou eram fortes. Ela se descreve como uma mulher independente que fazia questão de ser autônoma. Pariu um de seus filhos sozinha no banheiro de sua casa. Ela sabia o que fazer já no seu sexto parto. Afirmou que começou a sentir as dores e foi para o banheiro, mas não deu tempo de sair antes de seu filho nascer. Foi para o hospital com o filho nos braços.

Em uma das últimas visitas que fiz no CRESF encontrei a Aurora na Galeria B. Ela deixou a cozinha e aguardava a liberdade na galeria devido ao um conflito: “*Briguei com o Polaco e vim parar aqui*”, Polaco era o apelido de Ezequiel, preso por tráfico que trabalhava na cozinha²⁸. Segundo ela, a discussão ocorreu em decorrência de uma concha de alumínio.

Eu tinha levado as blindadas lá em cima e pediram uma concha. Desci na cozinha e pedi para o Polaco lavar a concha para eu levar lá. Falei na boa, sem gritar, mas ele foi

Vocabulário:

Corres: Atividade ilícita, nesse caso.

Vocabulário:

Blindadas: Marmitas.

²⁸ Enfatizando que a cozinha é o único espaço que é compartilhado por homens e mulheres que estão encarcerados na Cadeia Laudemir Neves e no CRESF. Pois, nesse espaço ambos desenvolvem trabalhos para redimir as suas penas.

grosso e me disse para esperar. Fiquei lá esperando e ele tava demorando e eu disse deixa eu lavar. Ele gritou comigo, peguei a concha e taquei não sei pra onde e daí sai.

De acordo com o relato de Aurora, essa história continuou no dia seguinte, quando o agente responsável pela segurança acordou Aurora informando que ela iria ser transferida para a remissão no corredor da Galeria B. Perguntei a sua preferência de local de trabalho e ela respondeu “prefiro a cozinha. Olha só como esse Polaco é um babaca, me ferrei e ele também”. Aurora permaneceu três meses na galeria e recebeu a liberdade condicional.

Aurora não permaneceu por muito tempo na cozinha, por demonstrar falta de alinhamento com o comportamento desejado pela direção. Quando indaguei sobre o uso da comunicação gestual ela afirmou ser analfabeta e não compreendia muito. Apenas alguns gestos específicos que são expressos sem a necessidade de soletrar.

4.2 – GALERIAS: PRIMEIRO DESTINO DA PRISÃO.

Quando chegam ao CRESF as mulheres são direcionadas às galerias e são distribuídas nas 28 celas disponíveis. Duas celas estão direcionadas ao “seguro” e há duas celas “isola”. Cada interna pode desejar trocar de cela nos dias 15 e 30 de cada mês. No interior das celas, elas não precisam vestir uniforme. Essa exigência recai somente para aquelas que se retiram das celas.

O meu acesso à galeria não foi imediato, como citei no primeiro capítulo, pois primeiramente obtive acesso à cozinha devido a permanência de mulheres de “confiança” da administração. Ou seja, na galeria estão dispostas as demais internas que não são necessariamente de “confiança” da direção do CRESF.

Na galeria há diversas mulheres que não gozam de privilégios na instituição, não possuem cargos de trabalhos, não participam da escola ou de grupos de leitura. Muitas aguardam julgamento ou o seu alvará de soltura em suas celas sem remissão da pena ofertada posteriormente à execução das atividades escolares ou de trabalho. Inclusive algumas permanecem

constantemente na cela denominada por “seguro” para evitar contato com as demais internas. Segundo a direção, por motivos de segurança.

Na galeria encontrei relatos muito diferentes daqueles que tinha ouvido na cozinha. Lá, as internas relatam mais sobre os seus crimes e muitas possuem uma relação conflituosa com as agentes penitenciárias.

4.2.1 – Laura: proprietária do laboratório

Durante um dos cultos dos quais participei com a Pastoral Carcerária Batista, Laura estava sentada no chão da cela com a folha das músicas que a irmã Marli a entregou. Ela me reconheceu e deu um sorriso. Aproveitei a empatia e me abaixei para conversar melhor. A nossa conversa se iniciou com uma lembrança de Laura:

teve uma mulher que veio esses dias aqui e chamou algumas mulheres no parlatório e conseguiu tirar duas daqui. Aí eu pensei, bem que aquela moça podia voltar e me tirar daqui, porque você também é dos direitos humanos né?

Percebi que a minha presença ainda causava dúvidas, mas afirmei que não poderia ajudá-la, pois meu trabalho não possibilitaria a sua liberdade. Ela demonstrou que aceitou os meus argumentos. Laura permaneceu o diálogo no tom de denúncia, declarou que estava no *isola*, há vinte dias. Indaguei o motivo e ela disse “*rádio*, o choque veio aí e pegou *altos*”.

Laura tem 25 anos, possui um olhar atento e fala rápido, foi presa por tráfico de drogas e está no CRESF há dois anos e dois meses. Ela tem um filho que irá completar três anos. Quando foi presa ele tinha 8 meses. A lembrança do filho transparece no seu rosto que ensaia lágrimas nos olhos, “agora está com o pai no Rio de Janeiro” - disse com um pequeno sorriso. Eu perguntei se o sorriso escapou

Vocabulário:

Isola: Cela na qual a presa permanece em isolamento, cumprindo castigo, privada dos banhos de sol e convivência com as demais.

Rádio: Telefone celular.

Altos: Grande quantidade, muitos.

devido à lembrança do pai do seu filho. Ela respondeu: “sim, eu gosto dele ainda, mas a gente não dá certo, nois briga muito”. Laura pretende sair da prisão e buscar seu filho no Rio de Janeiro, “quando sai vou direto busca ele e leva para o Espírito Santo”.

Laura residia no Espírito Santo, em Nova Esperança Linhares. Segundo ela, deixou seu filho com o pai, pois seus familiares também foram presos. “Toda minha família caiu junto, se você procurar na internet: jovem presa com drogas em Nova Esperança Linhares, você vai ver a primeira vez que fui presa junto com a minha irmã.”

O Cresf não foi a primeira prisão que ela conheceu. “Essa é a terceira, a primeira vez fui presa com vinte anos e fiquei quatro meses e depois com vinte e um e fiquei seis meses, as duas vezes foram no Espírito Santo. Daí a última vez foi com vinte e três anos, todas as passagens foi por tráfico”.

Sua carreira, nos termos de Laura, iniciou-se aos quinze anos com o seu primeiro namorado: “Foi o meu primeiro namorado que me apresentou o tráfico. Ele era traficante e comecei a sair com ele, mas não sabia que ele era. Até que um dia ele chegou na minha casa e disse pra gente ir no quarto. Ele mostrou um bolo de dinheiro, era muito dinheiro e eu pedi quem ele tinha roubado? Ele falou que era traficante. Então comecei a gastar o dinheiro, até que ele foi preso e fiquei visitando ele durante 5 anos, mas terminamos e eu continuei a mexer com isso”.

Ela passou por vários estágios até ser proprietária das drogas, nas suas palavras:

comecei como *aviãozinho*, passando um pouco pra cá, um pouco pra lá, mas não era dona da droga, até que me tornei dona. Gostei da coisa, até refinava cocaína. Tinha muito dinheiro, tinha moto, carro fodido. Mas depois que cai aqui perdi tudo e mais um pouco, a grana que ganhei com o tráfico perdi rápido.

Vocabulário:

Seguro: Cella destinada à comportar as mulheres que por motivo de segurança não permanecem nas celas comuns das galerias. As mulheres são destinadas para essas celas por sua própria vontade, pois dependendo do crime ou das relações que possuem com as demais internas o seguro é o melhor destino para protegê-las de agressões.

Vocabulário:

Aviãozinho: aquele que transporta algo ilícito, pequeno traficante.

Laura afirmava que se tornou uma grande traficante da sua região, era responsável por um laboratório de refinamento de cocaína. Posteriormente a pesquisa de campo, ela recebeu o alvará de soltura, mas em janeiro de 2017 foi presa novamente e ficou conhecida por “ostentar” carros de luxo e viagens nas redes sociais.

A fala de Laura evidencia uma carreira moral. O conceito defende a ideia de que a pessoa estigmatizada experimenta inúmeras mudanças que proporcionam impactos na identidade e na forma de avaliar a si mesmos e terceiros.

As pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu - uma “carreira moral” semelhante, que não só causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais. (GOFFMAN, 1988, p. 30).

O autor afirma que a partir do momento em que o sujeito é inserido em uma instituição prisional, por exemplo, pode obter esses efeitos. No momento em que a pessoa promove uma reflexão sobre aquele local que está ocupando, pode reconsiderar pareceres e considerar aquela situação e as pessoas que convivem como algo não estigmatizado ou como não digno de estigma.

Ao rever a sua própria carreira moral, o estigmatizado pode escolher e elaborar retrospectivamente as experiências que lhe permitem explicar a origem das crenças e práticas que ele agora adota em relação a seus iguais e aos normais. Um acontecimento em sua vida pode, assim, ter um duplo significado na carreira moral, em primeiro lugar como causa objetiva imediata de uma crise real, - e depois (e mais facilmente demonstrável), como meio para explicar uma posição comumente tomada. Uma experiência selecionada quase sempre para esse último objetivo é aquela em que o indivíduo recentemente estigmatizado aprende que os membros mais antigos do grupo se parecem bastante com seres humanos comuns [...] Deve-se acrescentar que ao refletir sobre o momento em que descobriu que as pessoas que têm o seu estigma são pessoas iguais a qualquer outra, o estigmatizado pode chegar a tolerar que os amigos que tinha

antes do estigma considerem desumanos aqueles a quem ele aprendeu a ver como pessoas tão completas quanto ele. (GOFFMAN, 1988, p. 36 - 37)

O relato exposto é divergente das histórias que eu ouvia na cozinha. Na galeria era mais comum minhas interlocutoras reafirmarem sua participação nas atividades criminais. Algumas delas afirmavam ser traficantes, homicidas e assaltantes. Outras também declaravam antipatia às mulheres que se alinhavam ao discurso da direção da prisão. Inclusive proferiam palavras ofensivas contra as mulheres que estavam trabalhando na cozinha pois elas possuíam a confiança da administração.

Laura dominava a linguagem de sinais das internas. Os sinais são gestos codificados compartilhados entre as mulheres que estão encarceradas. Ela aprendeu na primeira prisão que conheceu no Espírito Santo. Segundo ela, os sinais são parecidos em diversas prisões. Geralmente, soletram as palavras que desejam transmitir. Ela admitiu que “é um pouco parecido com Libras. As letras são parecidas”. A comunicação gestual transpassa as grades da prisão, Laura também afirmou que quando estava fora da prisão conversava com as suas colegas que conheciam a linguagem.

Quando se lembrou de suas amigas, lamentou não receber nenhuma visita. Como os seus familiares estão presos e estão em outros estados, a saudade é palavra certa na fala de Laura. Os seus amigos estão longe e o único contato ocorre através das *pipas* e *rádio*. As trocas de cartas e telefonemas são veículos de afeto e a atualizam do que ocorre fora da prisão.

A fala de Laura demonstra que ela está inserida na prisão e reproduz a identidade prisional. Ela utiliza os recursos de comunicação e se relaciona com as demais internas. Possivelmente considera, mesmo que indiretamente a instituição um lugar, como defendido por Marc Augé (2001). O espaço prisional se apresenta como um lugar que produz relações afetivas e identitárias.

4.2.2 – Ana, Naiara e Carol: alguns fragmentos.

Durante um culto que acompanhei, observei a bela voz de Ana. Eu acompanhava a Pastoral Carcerária Batista. Nesse dia eles estavam sem caixa de som e solicitaram às presas que cantassem músicas gospel. O pastor chegou na galeria gritando: “bom dia, vamos levantar e louvar ao senhor”, “Bom dia”, “hoje vocês vão ter que puxar o hino, qual de vocês quer começar?”. Não identifiquei quem iniciou a música, mas a voz de Ana era perceptível. Todas cantavam a música “Advogado Fiel” da cantora Bruna Karla. Um trecho da música diz “Meu advogado é o meu senhor, ele me defende do acusador”. Muitas mulheres se emocionavam e expressavam seus sentimentos cantando alto, chorando muito. Algumas seguravam em suas mãos cópias dos processos e outras carregavam as fotografias dos familiares.

Ana cantava e as lágrimas saíam de seus olhos. Grande parte das mulheres cantavam forte e o volume era estridente. Ecoava no corredor. Não havia folhetos das canções. Elas já haviam decorado a letra e repetiram diversas vezes a canção. Diversos braços estavam estendidos para fora da cela expondo fotos, cartas, processos penais e garrafas com água. Ana não conseguiu terminar a música, pois chorava muito segurando uma carta na mão direita.

O pastor iniciou a sua fala e Ana foi se acalmando. Permaneci observando-a. Ela percebeu o meu interesse e fez sinal para me aproximar. Quando me aproximei ela indagou se eu poderia fazer uma oração para ela. Esse pedido de Ana fazia todo o sentido no contexto. Como eu havia chegado junto com o grupo de irmãs, ela havia pensado que eu era uma das crentes. Recorrentemente, as irmãs que acompanhavam o pastor se aproximavam das grades e proferiram orações para as mulheres que solicitavam o atendimento particular.

Expliquei que não fazia parte da Igreja Batista e estava observando o culto para a pesquisa que realizava. Logo, Naiara se aproximou e disse: “A gente tava falando se você é irmã, mas eu falei que você não tem cara de

irmã”, sorri e concordei. Expliquei o motivo que estava participando do culto e elas se interessaram pelo assunto. Ana perguntou sobre o que era a pesquisa, expliquei e ela continuou a fazer indagações: “você é formada em quê?” “em Ciências Sociais” eu respondi.

A minha resposta a fez se lembrar de sua irmã que também se formou em Ciências Sociais. “Ela fez pesquisa nos terreiros de candomblé, eu ia com ela, agora ela é professora no SESC.” As lágrimas voltaram a aparecer, pois sua família está no Rio Grande do Norte. Segundo ela, não recebe visitas devido à distância, “tô com saudade apertada de mainha”. Ana foi presa por tráfico de drogas, está há quatro meses no CRESF. Ela é ré-primária e está há 3.700 KM de sua residência. Ela foi presa porque estava transportando as substâncias para o Paraguai.

O pastor solicitou uma nova música, mas Ana não conhecia a nova canção e se interessou em continuar a conversar comigo. Passou a me contar diversas coisas sobre o cotidiano prisional. Inclusive, me relatou que seu maior medo eram os ratos enormes que surgem através do encanamento do *boi*, que também serve como ralo do chuveiro que está fixado na parte superior da parede.

Ela está há pouco tempo na prisão, mas conhece a linguagem gestual. Está aprendendo, suas colegas vão ensinando o alfabeto e os sinais particulares de algumas palavras que criaram. Ela explicou que é interessante o uso dos gestos para auxiliar a comunicação entre as internas, pois caso a pessoa que ela deseja conversar esteja em um *xis* distante, ela pode fazer os gestos. Se for necessário, ela pode usar um espelho para ver a resposta - simulando um retrovisor.

Segundo ela, certas vezes o recurso é usado para evitar que as agentes penitenciárias entendam o que estão dizendo. Não são todas as agentes que não compreendem a linguagem gestual. Eu conheci duas funcionárias que afirmaram compreender um pouco o que as internas expressam com as mãos. As duas já trabalhavam no CRESF há mais de três

Vocabulário:

Boi: Privada ou latrina da cadeia.

anos. Contudo, a maior parte do quadro funcional é contratado por processo seletivo que possui prazo de dois anos de atividade, e como há uma grande rotatividade de funcionárias, a maioria delas não compreende os recursos comunicativos não-verbais. Afinal, não permanecem na instituição tempo suficiente para assimilar os códigos.

Quando estava conversando com Ana fomos interrompidas por um “alvará de soltura” que sua colega recebeu. Carol estava no CRESF há um ano e cinco meses. Foi presa por tráfico de drogas. Ela recebeu seu alvará no final do culto. A sua sacola já estava organizada e seu colchão em pé próximo da porta da cela. A agente abriu a porta e Carol permaneceu por instantes na cela abraçando suas colegas da cela. Ia saindo e beijando as mãos das internas que estavam grudadas nas grades de suas respectivas celas. Carol gritava “amo você”, “fica com deus”, “linda amo demais” e ouvia das mulheres que ela se despedia “vai com deus”, “se cuida Carol”. Sorria muito e percorreu o corredor se despedindo. Algumas internas começaram a cantar outra música gospel.

Acompanhei Carol durante o seu percurso até a saída, quando nos afastamos da galeria, Carol olhou para trás e gritou para uma interna, que estava posicionada com os olhos nas frestas da parede da galeria, “fica com deus, meu amor” e falou em sinais. Ao seu lado estava a agente penitenciária que parou para observar a comunicação gestual, mas não proferiu contestação. Quando estava saindo, percebeu que não possuía dinheiro para comprar passagens e solicitou o seu celular para vendê-lo e seguir para São Paulo.

4.2.3 – Joana: evidenciando a pluralidade da internas.

Era uma manhã de sexta-feira, estava observando o culto conduzido pela pastora Silvana da igreja Missão e Liberdade quando uma agente se aproximou da grade de acesso ao corredor da galeria B efetuando um sinal chamando uma interna que estava na segunda cela. Fui até a porta da

segunda cela e observei que a interna Joana, presa por tráfico de drogas, estava vestindo o uniforme do CRESF para poder sair da galeria.

A agente penitenciária havia chamado a Joana para se dirigir ao barracão, pois uma máquina de costura havia sido instalada para que ela confeccionasse 200 sacolas para os livros que serão distribuídos nas Penitenciárias Estaduais de Foz do Iguaçu (PEF I e PEF II), como citei no segundo capítulo. Joana trabalhou nove anos confeccionando uniformes, ficou desempregada durante dois anos e foi presa juntamente com o seu filho há um ano e dois meses.

A confecção de sacolas é apenas realizada por ela e constitui em um trabalho temporário, limitado à finalização do pedido das sacolas de tecido. No decorrer das visitas que fiz na galeria conversei com ela e também a encontrei no grupo de leitura realizado pelos universitários e professores da UNILA. Em uma das conversas Joana relatou que gostava de costurar as sacolinhas, pois auxiliava a “passar” rápido o tempo. Segundo ela, “ocupando a cabeça o tempo passa mais rápido”.

Joana é uma senhora tímida com os ombros caídos e seu rosto expressava muita experiência. Parecia inquieta para poder sair do CRESF e não voltar mais. Mesmo estando há mais de um ano na galeria ela não se identificava com a instituição prisional. Reconhecia a prisão como um espaço/tempo passageiro.

No entanto, devido ao tempo que está na galeria Joana aprendeu os sinais para se comunicar com as demais internas, nas suas palavras “aprendi com as meninas do meu xis os sinais, sempre uso, principalmente para falar com as meninas que estão nos outros xis”. Na sua cela havia mais três mulheres, todas presas por tráfico de drogas. Perguntei se ela iria usar fora da prisão essa comunicação e ela afirmou: “não, apenas aqui, lá fora quero esquecer que passei por aqui”.

Com esse relato, procuro esclarecer que estar na galeria não é algo determinante para reconhecer a instituição como um lugar produtor de identidade. Contudo, devo salientar que é mais recorrente encontrar mulheres

ligadas ao mundo do crime na galeria se compararmos com aquelas mulheres que estão na cozinha.

4.3 - HISTÓRIAS RETRATADAS

Com os relatos das internas foi possível observar as distinções entre o comportamento das mulheres consideradas de “confiança” por parte da direção e as mulheres que não receberam privilégios na instituição. Como são discursos divergentes, uma parcela considera a instituição um não-lugar, apenas algo temporário, pois declaram estar em concordância com o mundo do trabalho. Ao contrário da maior parte das mulheres da galeria que vivenciam a prisão não como um tempo inexistente, mas como um momento para construir relações, discursos esses alinhados com o mundo do crime.

A comunicação com o uso das gírias e principalmente com o uso dos gestos codificados evidenciam essa distinção. As mulheres que gozam da possibilidade do trabalho defendem o não uso dos gestos, assim esforçando-se para diferenciá-las das mulheres que estão nas galerias sem o acesso a confiança da administração e que usam os sinais.

É importantes enfatizar que esse texto não possui a pretensão de apresentar os espaços que as internas ocupam como determinantes para o tipo de relatos que proferem. Apenas apresenta o que há de mais comum e onde estavam presentes esses discursos durante a realização do meu trabalho de campo. Ou seja, obviamente há nas galerias mulheres que não se identificam com a instituição prisional e na cozinha mulheres que criam relações de afeto no interior da prisão. Mas geralmente há uma concordância, principalmente no espaço da cozinha onde as mulheres gozam de privilégios, tais como, por exemplo: a redução da pena conforme a atividade empreendida; alimentação diferenciada em relação às mulheres que estão na galeria. Percebo que para manter essas regalias precisam apresentar um discurso mais alinhado com a administração da prisão.

Assim, é evidente como a instituição prisional possui espaços distintos,

com internas comportando-se variadamente. Podemos concluir, então, que os conceitos que consideram as prisões como algo totalizante, sem considerar as peculiaridades não são suficientes para compreender esse espaço heterogêneo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente dissertação consistiu em conhecer o cotidiano das mulheres que estão encarceradas no Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF), localizado na cidade de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná. Nos últimos anos, destacam-se as elevadas taxas de ingresso de mulheres na instituição prisional em relação ao número de homens que ingressam no mesmo sistema.

Após ter o acesso permitido para realizar a minha pesquisa, com a minha entrada no campo o que me chamou atenção foi a existência de um vocabulário gestual expresso pelas internas. Aprofundando a pesquisa percebi que havia espaços que as mulheres ocupavam na qual essa comunicação era mais facilmente realizada. Já em outros espaços essa comunicação não era utilizada. Essa distinção acabou me fazendo construir a hipótese da relação do uso da comunicação com o espaço ocupado pelas internas no interior da prisão.

Essa mesma comunicação demonstra também a existência de porosidades na instituição total. Afinal, como procurei argumentar, o uso dessas formas de comunicação ultrapassa os muros da prisão, ao mesmo tempo em que a instituição não se expressa de forma similar em todas as internas. Este último ponto foi aprofundado por mim a partir do uso das noções de lugar e não-lugar.

Optei por escrever sobre prisão feminina sem necessariamente recorrer às questões que já são abundantemente abordadas por diversos pesquisadores, mesmo que essas sejam extremamente importantes. Decidi falar sobre a prisão a partir da influência da pesquisa de campo. Deixei que a experiência de estar lá fosse realmente evidenciada na trajetória da escrita. Portanto, apresentou-se apropriado referenciar as relações existentes e o modo como as internas abordavam o momento que estavam vivendo.

Esse trabalho permite considerar que a instituição não imprime de forma similar as suas regras e normas em todas as internas. Para tanto, apresentei a

discussão do conceito de instituição total defendido por Erving Goffman observando a existência de porosidades que permitem o trânsito de ações e objetos que são externos à prisão. Seguindo esta direção, percebi e procurei problematizar as diferentes vivências da instituição prisional. Neste ponto apresentei como algumas internas se relacionam com a prisão produzindo relações e identidade, ao passo que outras se esforçam para passar esse momento da prisão sem criar essas relações. Inclusive, aprofundei este ponto, afirmando que o uso ou o não uso das formas de comunicação provenientes das internas do CRESF, sobretudo a comunicação gestual, permite compreender essa questão.

No primeiro capítulo apresentei o percurso que transitei no decorrer da pesquisa, principalmente a pesquisa de campo. Evidenciei como ocorreu a minha aproximação com o Centro de Reintegração Social Feminino por mediação do diretor da instituição. Posteriormente expus as minhas tentativas de aproximações com os diversos espaços segmentados da prisão.

Fiz questão de deixar evidente as diversas dificuldades da realização de uma pesquisa em uma instituição prisional. Afinal, sempre precisei da autorização da administração para entrar no interior da prisão e por muitas vezes obtive respostas negativas. Além disso, existem também outros influenciadores e dificultadores da pesquisa como o imaginário criado, por diversas vezes erroneamente, a respeito dos atores internos da prisão.

Todas as posições que tomei no decorrer da pesquisa de campo estiveram estritamente afetadas pelo relacionamento que construí com as minhas interlocutoras mas também com as restrições que recebi por parte da direção da instituição. Esforcei-me para realizar uma etnografia apreendendo a realidade fundamentada na observação direta realizada. Neste exercício, meus suportes foram um diário de campo, uma caneta, ouvidos e olhos atentos para tudo que ocorria na instituição no momento que estava presente.

No segundo capítulo apresentei as especificidades da instituição prisional que pesquisei, a administração e a equipe de trabalho. Minha intenção foi evidenciar como funciona a única prisão direcionada para mulheres que

cumprem pena em regime fechado no oeste do Paraná.

A partir da pesquisa de campo foi possível observar a existência de porosidades no interior do CRESF. Referenciei porosidades no decorrer do trabalho como brechas que possibilitam ingressos de informações, objetos e atos externos à instituição prisional. Nesse sentido, foi possível indagar sobre a aplicação do conceito de instituição total defendido por Erving Goffman (1961) no meu campo. Esse debate esteve fundamentado nas afirmações de Manuela Cunha (1994) sobre a existência de porosidades na instituição prisional.

No terceiro e último capítulo foram apresentadas relatos de trajetórias de vida de cinco internas que colaboraram com a pesquisa. Procurei relacionar esses relatos com as percepções que são recorrentemente apresentadas sobre a prisão. Neste ponto, foram evidenciadas diversas divergências das falas das mulheres que ocupam diferentes espaços no CRESF. Com isso defendi a ideia de que algumas internas referenciam a instituição como um lugar e outras como um não-lugar.

O conceito de lugar e não-lugar é alusivo ao que Marc Augé (1994) defendeu. Caracterizando lugar como um espaço que os atores que estão presentes geram relações e identidade com o local que estão ocupando. Por consequência não-lugar é caracterizado por duas qualidades distintas que podem se complementar. Uma refere-se a lugares transitórios que o ator permanece por um determinado tempo relativamente curto e a outra faz referência às relações que os atores incidem nesse lugar.

No presente texto foi abordado o não-lugar sobretudo referenciando a criação ou não de relações com o espaço ocupado pelas internas. Afinal, foi perceptível no decorrer da pesquisa de campo diferentes falas das mulheres que ocupavam diferentes espaços da prisão, como a cozinha e a galeria.

Por consequência desse raciocínio identifiquei o uso ou o não uso de certas formas de comunicação que são peculiares na instituição prisional pesquisada. Ou seja, na minha observação algumas internas entendem a prisão como um lugar, vivem se relacionando com as demais internas e criam identidades a partir desse espaço. Muitas destas mulheres utilizam mais as

diversas formas de comunicação oriundas desse ambiente. Neste ponto, procurei enfatizar a presença da comunicação gestual, embora por decisão ética de preservar as interlocutoras, eu tenha me restringido a fazer referência aos gestos sem decodificar seus significantes e significados.

De maneira distinta, como procurei narrar, grande parte das mulheres não fazem uso da comunicação gestual. Muitas destas me explicitaram experimentar o período que estão na prisão como algo transitório sem identificar-se com o espaço. Algumas inclusive negando simpatia para com as colegas e com o lugar, apenas aproximando-se dos agentes que representam a equipe dirigente da instituição.

É importante salientar que esse trabalho não esgota as possibilidades de pesquisa na instituição prisional feminina. Pelo contrário, há diversas possibilidades de pesquisa nesse campo e esse trabalho não seria suficiente para abordar todas as questões pertinentes. Tenho a convicção de que é necessário debater sobre essa instituição, pois vivemos em uma sociedade que a prisão é constantemente solicitada para resolver diversos problemas sociais e devemos verificar a sua eficiência constantemente.

Conhecer essas mulheres possibilitou testemunhar o que elas expressavam através da fala, do olhar e das mãos inquietas. Afinal, quando não era pertinente usar a voz para expor o que desejavam expressar usavam as mãos para gesticular suas falas. Portanto, pode-se compreender a necessidade de dizer que elas carregam consigo e evidenciar que muito além de resistir essas mulheres existem.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Eliakim Lucena. **Quando o campo é a prisão: desafios e tensões do fazer etnográfico.** Disponível em: <http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/45_trabalho_001610_1373737960.pdf> acesso em: 16 de setembro de 2015.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARANDA, Salvador Maldonado. Desafíos etnográficos en el estudio de la violencia – Experiências de uma investigação. **Avá – Revista de antropologia**, Misiones, n. 22, p. 123-144, 2013.

AUGÉ, Marc. **O sentido dos outros.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papirus, 1994.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo : Hucitec, 1993.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **LEI Nº 7.210**, DE 11 DE JULHO DE 1984. Texto compilado. Lei de Execução Penal.

CUNHA, Manuela P. **Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina.** . Lisboa: Cadernos do Centro de Estudo Judiciários, 1994.

_____, Investigar “problemas sociais”: equívocos e dilemas de uma etnografia na prisão. Lisboa: **Cadernos do Noroeste**, v. 4, n. 1-2, 1991.

DaMATTA, Roberto. “O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues”. *In*: NUNES, Edson de Oliveira (org). **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expressão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** Tese. (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Conversão evangélica na prisão: sobre ambiguidade, estigma e poder. **Revista Plural.** São Paulo, v. 2, n.13, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Le pouvoir psychiatrique**. Paris: Gallimard, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GODOI, Rafael. Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo: uma exploração do mundo social que se estrutura através da prisão em São Paulo e na Catalunha. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. **Anais eletrônicos ANPOCS**. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1272&Itemid=353>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 3, p.1-11, jul. 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. **Trabalho de campo e Subjetividade**. Florianópolis: PPGAS - UFSC. 1992.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.17, N.49, junho 2002.

_____. “A etnografia como prática e experiência”. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, v.15, n.32, jul./dez. 2009.

MALUF, Sônia Weidner. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença.

- Ilha – Revista de antropologia**. Florianópolis, v. 12, p. 41-56, 2011.
- MAUSS, Marcel [1872-1950] **Sociologia e antropologia**. Título original: Sociologie et anthropologie. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- NADER, Laura. Ethnography as theory. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, London, v.1, n. 1, p. 211–219, 2011.
- OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. **A linguagem no cotidiano prisional: enigmas e significados**. Jundiaí: Paco editorial , 2013.
- OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. **A pesquisadora do Crime: notas antropológicas de uma arriscada observação participante com mulheres praticantes de atividades ilícitas**. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/viewFile/21808/11969>> acesso em: 14 de setembro de 2015.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 2, Fev. 2008.
- RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.
- URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos, **Ponto Urbe**, v.1, n. 11, 2012, <<http://pontourbe.revues.org/300>>, acesso em 10 de Novembro 2015.
- VARGAS, Laura Jimena Ordóñez. É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do método de gestão Carcerária APAC. Tese. (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. O Nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Org. H. H. Gerth e C. W. Mills. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- ZALUAR, Alba. **A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 557-584, 2009.

ANEXOS

Anexo 1 – Fotografia das janelas das celas do CRESF e porta de acesso às galerias.



Fonte: Site do DEPEN-PR

Anexo 2 – Fotografia do corredor da galeria B durante uma atividade proporcionada pelo Conselho da Comunidade de Foz do Iguaçu 2015.



Fonte: Site do conselho da comunidade de Foz do Iguaçu.

Anexo 3 - Vocabulário:

Abotoadura: Algemas, também denominado por grampo.

Abuso: Aquilo que incomoda, aborrecimento.

Acochado: Quando a cela está lotada.

Adianto: Produtos que os familiares levam para as internas na prisão.

Agrado: Dinheiro entregue em troca de favores, propina.

Amendoim: Sinônimo de dinheiro.

Areia: Sinônimo de açúcar.

Azeitona: Bala de arma de fogo.

Bailarina: Significa caneta.

Balinha ou bala: Referência à pedaço de maconha, também pode ser referenciado por achuze.

Bicicleta: óculos.

Blindado: Marmita servida pela instituição prisional.

Bocuda: é a porta da cela.

Boi: alusão a privada da cela ou banheiro.

Bolado: Quando uma pessoa está desconfiada.

Bolo louco: Quando há alguma briga ou bagunça na cela.

Bombita: Sinônimo de boné.

Bonde: Quando uma pessoa está presa e recebe transferência de prisão.

Botinha ou Careta: Significa cigarro.

Brasinha: Fogareiro elétrico disponível nas celas de prisões que a direção permite, mas não é o caso do CRESF.

Caneca: Referência a copo.

Cantar: denunciar.

Casinha ou armar casinha: Quando uma pessoa coloca alguém em uma cilada.

Castelinho: Quando alguém expressa criatividade, imaginação.

Catu, patuá, catatau ou pipa: Bilhete ou carta escritos pelas internas.

Cegonha: Pano disposto na janela ou cama formando uma espécie de arco no qual as roupas são amontoadas.

Cena: Quando querem se referir aos acontecimentos.

Chicabau: Desejo de fumar crack

Colchão de latrô: Colchão grosso, pois o latrocida permanece muito tempo na cadeia.

Corró: Corredor que leva ao pátio, também denominado por pista.

Cortante: Faca

Cumbuca: Recipiente de plástico ou prato

Dar a morte: denunciar.

Dar bonde nas ideias: Quando uma pessoa não presta atenção na outra.

Dar um salve: Sinônimo de bater, agredir.

Dentaria: Escova de dente.

Desbaratinar: Quando alguém está disfarçando uma situação.

Dragão: Isqueiro, também pode ser denominado por bic.

Dronha: janela.

Drope: mendigo.

Duque ou Duck: Estuprador, referência ao artigo 222 do código criminal de 1830.

Espumante: Sabonete de banho.

Esticar o chiclete: Quando uma pessoa da continuidade em uma fofoca ou discussão.

Falante: advogado.

Ferro: Arma de fogo, denominado também por máquina ou resolve.

Fita: Informação.

Forasteira: Presa oriunda de outra cidade, estado ou país.

Frigorífico: Cella de castigo da prisão.

Gambá: Sinônimo de travesseiro.

Ir de jega com alguém: Ter relação sexual.

Ir de jega: Dormir.

Isqueirar: Incentivar brigas ou discussões.
Jega: Cama de concreto locada na cela.
Jumbo: Pacote entregue pela família das internas no dia de visita.
Ladrão: Referência aos internos da prisão masculina.
Ladrona: Referência às internas da prisão feminina.
Levar um 220: Receber uma correção.
Levar um salve: Ser agredido.
Lurdinha: Referência à metralhadora.
Marculino ou tocatal: Pessoa desatenta.
Marrocos: Sinônimo de pão.
Moca: Significa café.
Mocar: Quando uma pessoa esconde algum objeto.
Mocó: Esconderijo.
Morceguinha ou borboleta: Calcinha.
Mucama: Aquele que faz tudo para alguém.
Nóia ou noiado: Viciado em drogas.
Nuvem: Situação que possibilita a polícia abordar a atividade ilícita.
Pagar a cadeia de testa: Cumprir toda a pena sem benefício.
Pagar rango: Servir a alimentação.
Pagar veneno: Sofrer ou fazer sofrer.
Patifaria: Pessoa não confiável.
Piloto: Interna que tem voz ativa na cadeia
Porvinha: Pacote de suco.
Praia: Espaço no chão entre a cama e outra – Normalmente é onde as novatas dormem.
Psicoloco: Psicotrópico usado para dormir.
Puxar cadeia: Cumprir pena na prisão.
Quadrantes: Presos de confiança.
Rachechenta: Presa que resiste aos banhos.
Radinho ou sintonia: Telefone celular.
Rato: Aquele que rouba no interior da prisão.

Remo ou Cutiara: Colher.

Sabonete: Referência à mulher que se prostitui.

Salve: Pedir, solicitar algo ou chamar alguém.

Se atrasar: Arrumar brigas.

Sefasol: Aquele que finge não entender.

Senha: Número de telefone.

Sombra ou ficar na sombra: Aquele que é proibido sair da cela.

Stock: Objeto cortante.

Tatu: túnel feito para fuga de presos.

Tela: Televisão, também denominada por “zoiuda”.

Teresa: Corda usada para fuga.

Totó ou 171: Mentira.

Trampolino: Aquele que trabalha honestamente.

Virar bolsa: Aceitar ordem desnecessária.

X9: Aquele que é informante da polícia.

Xis: barraco ou cubículo: Significa cela.